

CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO MATRICIAIS¹

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI

INSTITUTO DE TERAPIA POR CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO
 CAMPINAS - SP

O Mito de Dafne²

Depois de matar o monstro Píton, Apolo encontra Cupido, que está confeccionando seu arco. Envaidecido e orgulhoso de seu feito, Apolo zomba do jovem deus e sugere que ele desista de atirar, pois ele, o caçador infalível, atira muito melhor do que a criança alada. Em resposta, Cupido atira uma de suas flechas de chumbo em Dafne, filha do deus-rio Peneu, e uma de suas flechas douradas em Apolo. A primeira flecha faz com que Dafne rejeite aquele que se apaixone por ela, e a segunda faz com que Apolo se apaixone pela ninfa.

Ele, mesmo sem sucesso, a persegue incessantemente, até que a jovem pede ajuda ao pai. Toda vez em que Apolo está para alcançá-la, sob a proteção do pai, a ninfa, progressivamente, vai se transformando em um arbusto de louro. Em desespero, Apolo decide que, já que ela nunca será sua amante, ao menos o louro será uma planta sagrada para ele.

Dafne geralmente é mostrada fugindo, com os braços erguidos transformando-se em ramos de louro. Apolo, por sua vez, é representado usando uma coroa de folhas de louro, perseguindo Dafne ou estando prestes a abraçá-la.



¹ Julho/2015

² O encontro entre Apolo e Cupido foi descrito no livro *Metamorphoses*, escrito por Ovídio e publicado pela Oxford Classical Texts (2004). A presente versão pode ser encontrada no livro *Metamorphoses*, traduzido por Paulo Farmhouse Alberto, publicado pela editora portuguesa Livros Cotovia, Lisboa, 2007: livro I, 452 a 565, pp. 48-51.

O mito de Dafne mostra a operação de duas contingências (há outras que, no entanto, não interessam ao que se pretende discutir neste texto), através da metáfora das flechas de chumbo e de ouro:

- a. de chumbo: sob tais contingências Dafne se torna incapaz de amar Apolo para *sempre*. Torna-se insensível a quaisquer novas contingências. Assim, as aproximações de Apolo são aversivas para Dafne e não há como virem a se tornar agradáveis (reforçadoras positivas) para ela. Dafne foge continuamente de Apolo, até o extremo de transformar o próprio corpo em ramos de um loureiro.
- b. de ouro: sob tais contingências Apolo se apaixona por Dafne para *sempre*. Torna-se insensível a quaisquer novas contingências. Assim, mesmo a sistemática fuga de Dafne não tem função dos procedimentos de extinção ou de punição negativa, ou seja, não enfraquece a classe de comportamentos de se aproximar dela. Apolo também não fica sob controle de estímulos de outra mulher...

Contingências de Reforçamento Matriciais

Contingências de reforçamento (CR) matriciais são aquelas que produzem padrões de comportamentos e sentimentos fortes (frequentes ou intensos), duradouros (se generalizam no tempo), que ocorrem em múltiplos contextos (generalização para diferentes ambientes) e que se mantêm insensíveis a novas contingências a que a pessoa é exposta. É como se os comportamentos instalados e os sentimentos sentidos fossem imutáveis. As contingências de reforçamento matriciais não põem nenhuma questão conceitual nova, nem misteriosa; põem sim um desafio tecnológico: quais procedimentos devem ser adotados para tornar os padrões comportamentais atuais sensíveis a mudanças produzidas por novas contingências de reforçamento. A afirmação de que comportamentos e sentimentos são função de contingências de reforçamento é correta, mas, quando se fala tão somente em “contingências de reforçamento”, são deixados de lado alguns determinantes mais sutis, não obstante importantes, que compõem o complexo de variáveis controladoras. Assim:

1. Quais são os parâmetros (os valores) dos componentes da tríplice contingência? Pode-se nomear dada CR como punição. Veja, porém, como são diferentes as seguintes situações (todas, porém, podem ser definidas como punição):
 - a. O pai alcoolizado grita palavrões e dá um safanão no filho que não fez a lição escolar;

- b. O pai diz que está muito descontente com a irresponsabilidade do filho, que “nunca faz a lição escolar”, e que está “cansado de jogar dinheiro fora, pagando as mensalidades da Escola”;
 - c. O pai tira o videogame do filho, ao verificar que as tarefas escolares não foram feitas, e diz que só o devolverá quando se certificar de que as lições escolares do dia estiverem completas;
 - d. O pai confere, eventualmente, as lições escolares do filho. Fica zangado quando verifica que o filho não fez as tarefas; afirma que vai conferir as lições diariamente, mas se “desliga”... não o faz de forma sistemática.
 - e. Etc.
2. Quais são as interações entre diferentes contingências de reforçamento que estão atuando simultaneamente? Assim:
- a. A mãe, sabendo que o filho não fará as tarefas escolares sozinho, lembra-o de que o pai vai ficar *muito* bravo se não ver as lições prontas e o ajuda a fazer o que a professora pediu, de modo a protegê-lo das reações agressivas do pai (desta maneira, o filho não as experimenta de fato);
 - b. Quando o pai pune os comportamentos do filho de negligenciar as tarefas escolares, a mãe interfere a favor do filho e explica para o marido que o garoto passou indisposto a tarde toda...;
 - c. A mãe assiste impassível aos comportamentos punitivos do pai. Ao final, explica para o filho que o pai age dessa forma para o próprio bem do garoto;
 - d. A professora raramente verifica se as tarefas de casa estão sendo feitas; o máximo que faz é perguntar se algum aluno tem alguma questão sobre as lições que passou para eles;
 - e. Etc.
3. De que maneira são aplicadas as consequências dos comportamentos? Assim:
- a. O pai pode ser bastante agressivo com o filho, contingente a determinada desobediência, e impor um castigo muito longo: “Você vai ficar um mês sem usar seu computador”; ou muito definitivo: “Vou cancelar suas aulas de futebol. Pode esquecer ...”;
 - b. O pai pode ser intenso nas reações agressivas, contingente a determinado comportamento do filho que considera indesejado; depois sente-se culpado e faz agrados não contingentes a comportamentos; pede desculpas pelos seus excessos; torna-se mais afetivo com o menino;

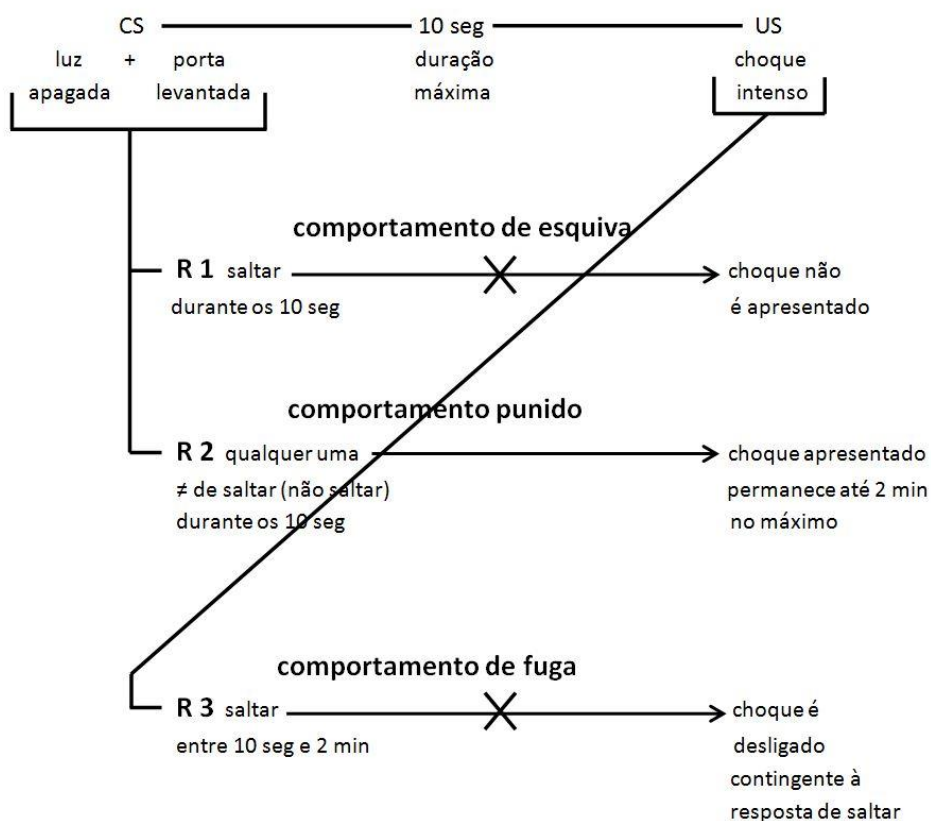
- c. O pai ameaça impor consequências aversivas a médio prazo (“Não haverá festa de aniversário”; “Esqueça sua viagem de férias” etc.) e não as cumpre;
 - d. A aversividade das consequências é aumentada paulatinamente: o pai admite que está “cansado” de constatar que o filho não muda e o pune com mais intensidade; as consequências estendem-se para diferentes classes de comportamentos punitivos emitidas pelo pai: grita com o filho, aplica retirada de privilégios, torna-se distante afetivamente do filho; diante do filho passa a brigar com a esposa, culpando-a por não fazer nada para “endireitar” o filho etc.
 - e. Etc.
4. Há consistência nos procedimentos aplicados a diferentes classes de comportamentos? Assim:
- a. Comportamentos de estudar são monitorados sistematicamente e são aplicadas consequências intensas, quer punitivas, quer reforçadoras positivas arbitrárias; no entanto, outras classes de comportamentos são ignoradas, tais como aquelas envolvidas com atividades físicas, lazer, interações sociais, cuidados alimentares etc.;
 - b. Comportamentos de estudar são monitorados sistematicamente e são aplicadas consequências intensas, quer punitivas, quer reforçadoras positivas arbitrárias, enquanto que outras classes comportamentais, tais como esportivas, de lazer, de relacionamento social, de interação afetiva etc. são interdidas, pois são consideradas prejudiciais ao pleno envolvimento com aquilo que “realmente importa na vida: estudar e ser um sucesso profissional”;
 - c. Estudar é uma classe de comportamentos valorizada, mas isso se dá ao lado de outras classes comportamentais. Desta forma, praticar esportes, envolver-se em atividades de lazer, desenvolver amplo repertório social e afetivo são consideradas partes complementares e essenciais para o pleno desenvolvimento comportamental e afetivo da pessoa e recebem os mesmos cuidados;
 - d. Não há reforçamento diferencial para comportamentos considerados desejados e indesejados, em nenhuma classe comportamental, ou seja, prevalecem os reforços livres, disponibilizados sem relação de contingência com comportamentos;
 - e. Etc.

Os quatros itens acima não esgotam as possíveis interações entre variáveis, que compõem as contingências de reforçamento. São apresentados para evidenciar a imensa complexidade de interações entre variáveis que influenciam comportamentos e

sentimentos e que não podem ser negligenciadas, sob o risco de não se completar uma *adequada análise* de contingências de reforçamento.

Ao falar de contingências de reforçamento matriciais estou, portanto, propondo que se reconheça a existência de controles poderosos, mesmo que sutis e interacionais, sobre os comportamentos e que tal conceito funcione como SD para a emissão de comportamentos de pesquisar, até que sejam precisamente descritos os parâmetros que compõem as CR em operação e que sejam descritos e testados novos procedimentos capazes de alterar o papel funcional das contingências de reforçamento matriciais. Assim, o desafio que as contingências de reforçamento matriciais apresentam para os pesquisadores e para os profissionais é a identificação e o manejo de novas contingências capazes de alterar o controle exercido pelas contingências matriciais. Não se conclua que elas produzem fenômenos comportamentais imutáveis. Tal interferência nas contingências não é simples e os resultados tendem a ser desencorajadores: os comportamentos indesejados se mantêm inalterados, insensíveis às mudanças ambientais. No entanto, há estudos que mostram caminhos possíveis. Veja alguns dados experimentais: Solomon e Wynne (1953) conduziram um estudo de aprendizagem traumática de esquiva de choque elétrico realizado com cachorros. Em resumo, os autores instalaram comportamentos de fuga-esquiva em todos os sujeitos experimentais, os quais, sob controle da apresentação de um estímulo condicionado (CS) que precedia um choque elétrico de intensidade pré-tetânica, saltavam do compartimento no qual o choque era liberado nas barras metálicas do chão da gaiola, para outro compartimento anexo, a salvo do choque, com tamanha rapidez e de forma tão sistemática que nenhum deles recebia qualquer choque (comportamento de esquiva). Apenas no início do procedimento os animais foram expostos ao choque (não mais que cinco em média), de forma que saltavam na presença do choque (comportamento de fuga).

Paradigma do procedimento adotado por Solomon *et al.* (1953)



Foram realizadas 10 repetições do procedimento esquematizado acima em cada sessão. O intervalo entre apresentações sucessivas do CS foi de 3 minutos.

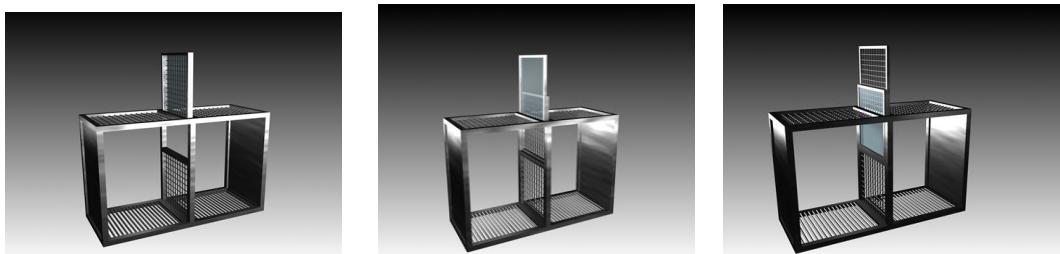


Figura 1. Caixa experimental usada por Solomon e Kamin (1953) e Solomon, Kamin e Wynne (1953).

Em outro estudo, que se seguiu (Solomon, Kamin e Wynne, 1953), os autores se propuseram então a eliminar o comportamento de esquiva (o qual foi instalado da mesma maneira descrita no experimento anterior). Para tal, o choque foi desligado em todas as tentativas (ou seja, quer o animal saltasse ou não, o choque deixou de ser apresentado). A apresentação do CS (previamente associado com o choque) se manteve. Como informar, porém, os sujeitos experimentais que o choque não seria mais apresentado após a apresentação do CS, uma vez que, ao emitir a resposta de esquiva, não entravam em contato com a mudança nas contingências de reforçamento? Os experimentadores fizeram sucessivas manipulações experimentais, a fim de eliminar o comportamento de esquiva. Foram testados vários procedimentos de extinção das respostas de esquiva traumática. Assim:

1. Efeitos do *procedimento comum de extinção*: simplesmente o choque deixou de ser apresentado. Os animais não receberiam o choque mesmo que permanecessem no compartimento sem saltar. O critério de espera sem ocorrência da resposta de saltar foi fixado em 2 minutos no máximo. Como a resposta de saltar não sofreu alteração, pelo contrário, a latência mostrou uma tendência geral a encurtar, não houve necessidade de esperar os 2 minutos. Não ocorreu extinção com nenhum sujeito experimental.
2. Efeitos do *teste de realidade*: uma barreira de vidro colocada entre os compartimentos impedia a passagem do sujeito experimental de um lado para o outro; o choque não era apresentado. Foram realizadas 10 tentativas em cada sessão: nas tentativas 4, 5, 6 e 7 a barreira de vidro (com adesivos colados, de tal maneira que os cachorros podiam ver a presença da barreira) impedia o comportamento de saltar. Nas tentativas 1, 2, 3, 9 e 10 a barreira era removida e o comportamento de saltar poderia ocorrer. A resposta de saltar reapareceu quando a porta de vidro foi removida: apenas alguns cachorros mostraram extinção; a maioria continuou a emitir a resposta de esquiva.
3. Efeitos do *procedimento de extinção (sem choque) com procedimento de punição (com choque)*: o sujeito – se permanecesse no primeiro compartimento – não receberia choque; no entanto, se saltasse para o outro compartimento, era recebido com choque com duração de 3 segundos. Ou seja, o sujeito experimental literalmente saltava de uma condição segura, onde não havia choque, para uma condição onde receberia choque; o cachorro se atirava para o choque! A resposta de saltar não se extinguiu na maioria dos cachorros (de fato, o procedimento de punição pareceu *aumentar* a resposta de saltar, evidenciada pela redução da latência e maior vigor do salto). Não há diferenças significativas nos resultados se forem comparados os procedimentos de extinção com a barreira de vidro e de extinção com punição sem a barreira. Estes resultados são impressionantes e ilustram a força que um

comportamento pode atingir em função da contingência de reforçamento que o instalou.

4. Efeitos da *combinação do procedimento com a barreira de vidro e o procedimento de extinção com choque*. A punição e o teste de realidade ocorreram ambos durante uma mesma sessão em tentativas que se alternaram: nas tentativas 4, 5, 6 e 7, a placa de vidro era introduzida (o cão não podia saltar); nas tentativas 1, 2, 3, 8, 9 e 10, a placa era removida (o cão podia, então, saltar) e recebia choque no outro compartimento (o qual permanecia iluminado) por saltar. Os resultados mostraram que esta combinação de procedimentos foi altamente eficaz para produzir a extinção da resposta de saltar.

O que se pode concluir a partir dos dois experimentos é que:

1. Instalou-se um comportamento de esquiva sinalizada, a partir de um pequeno número (não superior a cinco) de contatos do sujeito experimental com o estímulo aversivo (choque).
2. O comportamento de esquiva se manteve sem indícios de enfraquecimento (até onde os experimentadores mantiveram o procedimento), mesmo não havendo mais nenhum contato do sujeito experimental com o choque.
3. Demonstrou-se que o comportamento de esquiva se manteve inalterado, mesmo quando foram testados vários procedimentos diferentes que visavam a produzir a extinção do comportamento.
4. Uma combinação de procedimentos produziu a extinção do comportamento de esquiva.

Pela definição proposta no presente texto, o procedimento de esquiva sinalizada descrito compõe um exemplo de contingências de reforçamento matriciais: o comportamento instalado é difícil de ser alterado e são necessários vários diferentes procedimentos, a fim de ser delineado um que enfraquece o comportamento matricial. Ilustra-se também qual a tarefa que se apresenta para o pesquisador (ou terapeuta): aumentar a variabilidade comportamental até alcançar um procedimento eficiente.

O experimento de Solomon *et al.* (1953) permite separar a questão das contingências matriciais em dois itens:

- a. especificar quais são as CRs que produzem padrões comportamentais matriciais, o que permitiria uma ação preventiva; e
- b. pesquisar procedimentos que possam alterar e enfraquecer, até um status de melhora socialmente significativa, os padrões comportamentais matriciais, o que instrumentaria o profissional a propor e a implementar ações remediativas.

A pesquisa realizada com animais permite aos experimentadores fazer quantas manipulações experimentais se fizerem necessárias para testar os limites de controle de determinadas contingências de reforçamento, bem como introduzir novas contingências de reforçamento com o objetivo de demonstrar sua influência sobre comportamentos sob controle de contingências classificadas como matriciais.

Isso não é possível com seres humanos. Há limites éticos para o manejo de procedimentos para alterar o controle exercido por contingências matriciais. Paradoxalmente, não há controle ético sobre o uso de contingências matriciais exercido por setores da sociedade como pais, professores, instituições etc. O problema passa a ser identificado quando os serviços de ajuda (por exemplo, psicoterapia) são chamados para ajudar pessoas vítimas de contingências coercitivas, entre as quais estão as matriciais. Como conclusão, a utilização de contingências matriciais é, presentemente, um problema para os seres humanos, uma vez que os recursos para investigar procedimentos que resultam na minimização ou eliminação dos efeitos das contingências matriciais são restringidos por razões éticas, humanitárias etc. Não se pense, porém, que as contingências matriciais são exclusivamente as coercitivas; também contingências de reforçamento positivo podem produzir padrões comportamentais matriciais. Por exemplo, pessoas dependentes de outras para realizar tarefas simples do cotidiano, pessoas sem iniciativa, pessoas sem interesse por praticamente nada, pessoas que são alheias a reforçadores positivos (e, muitas vezes, também são indiferentes a reforçadores negativos) etc. podem ter sido vítimas de contingências de reforçamento em que prevaleceram reforçadores muito frequentes, em geral intensos, produzidos por repertório mínimo ou até mesmo liberados quase exclusivamente sem relação de contingência com comportamentos (reforços livres).

Você pode se perguntar: por que a sociedade permite que agências sociais (por exemplo, a família), que deveriam zelar pelo saudável desenvolvimento de seus membros, utilizem contingências matriciais? A resposta a essa questão pode ser encontrada em pelo menos quatro condições:

- a. Na maneira sutil com que são manipulados parâmetros das variáveis de controle comportamental, os quais são introduzidos de modo gradual (*fading in* ou *fading out*), o que dificulta a emissão de comportamentos de fuga-esquiva por parte daquele que é vítima do controle e pode dificultar a discriminação, por parte do controlador, de que está aumentando gradual, porém sistematicamente, o grau de aversividade do controle coercitivo que vem usando (para uma demonstração experimental do modelo de controle comportamental aversivo exposto neste item veja-se o experimento de Azrin, 1959, no qual os sujeitos experimentais foram expostos a aumentos graduais da intensidade do choque, num paradigma de

punição, sem que emitissem comportamentos de fuga-esquiva. É um estudo análogo da possibilidade do exercício de controle aversivo intenso). Fala-se em interações interpessoais sadomasoquistas.

- b. No uso de procedimentos de reforçamento diferencial aplicados a mudanças graduais do comportamento (modelagem) que, por introduzirem exigências de mudanças mínimas, podem produzir padrões comportamentais extremamente custosos para a pessoa que se comporta, sem que ela se dê conta do aumento das exigências durante o *processo* da modelagem. Fala-se em pessoas estressadas, perfeccionistas, ansiosas, compulsivas, com síndrome do pânico etc.
- c. No uso de esquemas de reforçamento intermitentes, que geram dependência comportamental do esquema. Os esquemas de razão fixa e razão variável são muito perigosos para produzir dependências comportamentais. Fala-se de pessoas com padrões de dedicação excessiva à atividade profissional (*workaholics*), pessoas com dependência patológica de jogos de azar, pessoas dependentes de atividade física etc.
- d. No uso de substâncias químicas que produzem dependência fisiológica ou psicológica. Assim, o uso recreativo de determinadas drogas produz sensações agradáveis e progressivamente levam ao uso sistemático, em doses gradativamente maiores e que, ao lado dos efeitos agradáveis imediatos, geram sintomas extremamente aversivos de abstinência. O comportamento inicialmente instalado e mantido por reforços sociais e pelos efeitos gratificantes, passa a ser mantido por reforçamento negativo: redução ou eliminação temporária dos efeitos da abstinência. Tal controle comportamental nocivo é caracterizado por reforçamento positivo a curto prazo e consequências aversivas a médio e longo prazo. A pessoa tende a ter os comportamentos selecionados pelas consequências imediatas... indiferente aos malefícios tardios! As pessoas são chamadas de alcoolistas, dependentes químicos, viciados etc.

Pode-se concluir que a pessoa que é exposta a tais condições de CR perde a capacidade de exercer contracontrole (isto é, não altera de forma *definitiva* as CR que controlam tais comportamentos) e os comportamentos de fuga-esquiva que emite são perniciosos, no sentido de que reduzem ou *postpõem temporariamente* os efeitos aversivos dos eventos, mas exatamente por isso fazem com que a pessoa consiga tolerá-los. Em outras palavras, os comportamentos de fuga-esquiva *contribuem para a permanência* das CR coercitivas!

Há outro ângulo de análise. As mudanças graduais – por serem alteradas paulatinamente – dificultam a discriminação do *processo* de controle comportamental que está em operação, tanto por parte da pessoa vítima do controle, como por parte da pessoa que exerce o controle. Assim:

1. *Agente do controle.* Nem sempre o controle coercitivo é exercido com o objetivo consciente de oprimir ou subjugar. Algumas frases ou pensamentos daquele que está no papel de opressor explicitam o presente argumento. Assim, uma mãe poderia dizer “Sou enérgica com meu filho; criança precisa de limites” (não se dá conta que os limites que impõe são exagerados); o marido pode reconhecer “Sou agressivo, impulsivo, muitas vezes passo dos limites com minha mulher. Mas ela sabe que tenho um coração de ouro!” (não está consciente de que o “coração de ouro” não anula os efeitos perniciosos de se comportar de forma agressiva e impulsiva). Adicionalmente, as reações de submissão do filho e da mulher não só mantêm o controle coercitivo, como selecionam o aumento do grau de aversividade de modo gradual e progressivo. De modo análogo, nem sempre o controle exercido pelo excesso de reforço positivo ocorre com o objetivo consciente de criar dependência no outro, reduzir a tolerância à frustração, empobrecer o repertório comportamental. Algumas frases ou pensamentos daquele que está exercendo o papel de agente de controle positivo exemplificam a própria alienação deste em relação aos efeitos prejudiciais a médio e longo prazo de tais práticas de reforçamento. Assim, uma mãe pode dizer “Estou certa de que o amor constrói” (desconhecendo que o amor e outras formas de reforço positivo, se forem apresentados sem relação de contingência com comportamento não constroem repertório comportamental); ela poderia insistir “Que mal há em mimar? A vida leva a pessoa a amadurecer e a se tornar responsável” (indiferente à evidência de que mimar reduz a tolerância à frustração e a vida não leva ninguém a “amadurecer” comportamentalmente; repertório comportamental “maduro” é resultado da ação de CR “maduras” e não da passagem do tempo); os pais podem concordar com a seguinte evidência sobre os comportamentos do filho “Ele é muito difícil! Quando fazemos o que ele quer, fica um doce e muito amoroso” (desconhecem que desta maneira estão fortalecendo comportamentos de oposição e que as manifestações doces e amorosas são passageiras e só ocorrem quando o filho está no controle da interação com os pais).
2. *Vítima do controle.* O que dizer sobre aquele que é vítima do controle coercitivo? A pessoa se adapta a cada nível sucessivo e crescente de aversividade. Torna-se alienada a respeito do controle sob o qual vem se comportando e se sente impotente para gerar mudanças. Pode emitir comportamentos encobertos disfuncionais de fuga-esquiva, que a mantêm refém do esquema de reforçamento, tais como: “A vida é difícil mesmo”; “Mereço este sofrimento”; “Sair desta vida pode ser ainda mais desastroso”; “Suporto tudo isto por amor...”. A permanência nas relações coercitivas gera sentimentos de ansiedade, de culpa, fobias etc., os quais são geralmente atribuídos a determinantes espúrios, assim como: “Estou estressado” (como se estresse fosse causa; quando na verdade é efeito das condições aversivas); “Tenho piorado com a idade, devem ser as mudanças hormonais” (atribui-se a mudanças

fisiológicas, sentimentos que são produtos de contingências de reforçamento). O que se pode dizer daquele que é exposto à abundância de reforço positivo? O reforço positivo gera satisfação, bem estar, mas tais sentimentos são *duradouros* apenas quando o reforço é produzido por comportamentos. Quando é apresentado sem relação de contingência, a satisfação é logo substituída por enfado, desinteresse, sensação de privação por algo indefinido... Além disso, desenvolve baixa tolerância à frustração, que, no entanto, não é plenamente identificada a curto prazo, pois a pessoa, na sua rotina cotidiana, é blindada contra frustração; a baixa resistência à frustração só virá a ser percebida quando a disponibilidade de reforço tornar-se rara ou contingente à emissão de comportamentos desejados. O repertório comportamental é limitado, mas gera-se uma situação cômoda: não há necessidade de se comportar para produzir reforço. A pessoa não se dá conta das próprias limitações comportamentais, pois o ambiente disponibiliza os reforços com exigências mínimas de comportamentos. Os padrões comportamentais típicos são: dependência do outro para tomar decisões, para tomar iniciativas, baixa variabilidade comportamental, comportamentos agressivos dirigidos aos cuidadores, repertório de interação social empobrecido etc. Os sentimentos são de autoestima, porém restrito ao ambiente protetor, insegurança em outros contextos, baixa autoconfiança, fobias, estado generalizado e duradouro de depressão branda, poucos interesses, indiferença às pessoas, pouca responsabilidade etc. A pessoa, em geral, só toma consciência de suas limitações emocionais e comportamentais quando a disponibilidade dos reforços positivos é sustada (por ex. com a morte do provedor...).

3. *Pessoas próximas do agente e da vítima do controle.* O que se pode esperar de pessoas do meio social próximo: parentes, amigos, profissionais, membros da comunidade religiosa etc.? Tais pessoas podem estar sob controle de comportamento intraverbal: o que lhes é dito que ocorre nas relações íntimas da família, e tais relatos podem ser tactos impuros que amenizam os excessos que acontecem. Podem também ter dificuldades para discriminar as CR que estão em operação, pois as mudanças graduais dos procedimentos tornam difícil avaliar os avanços do processo de controle comportamental. Finalmente, há contingências de reforçamento que parecem naturais (uma crítica, às vezes expressa de maneira irônica e engraçada, não leva o observador a imaginar que a longo prazo pode ser transformada em agressão física, por exemplo) ou até mesmo produzem reforços positivos a curto prazo (um adolescente que bebe numa festa social; um amigo que participa de rodadas de jogo de baralho em encontros de grupo) e não avaliam que pode ser o início de um processo de dependência do álcool e do jogo de azar (o adolescente se vicia e se torna alcoolista; o amigo passa a jogar por dinheiro e pode comprometer o equilíbrio financeiro da família). Adicionalmente, há circunstâncias

nas quais a própria atividade profissional do indivíduo aumenta perigosamente a probabilidade de ocorrer dependência de drogas ou de esquemas de reforçamento. Assim, um garçom pode se iniciar desavisadamente no uso sistemático e progressivo do álcool, um economista pode se envolver em aplicações de alto risco no mercado financeiro e sofrer alarmantes perdas de dinheiro, um pintor pode se intoxicar com elementos químicos das tintas, um ambiente de trabalho rico em determinados componentes tóxicos pode produzir doenças silenciosas com grave desfecho... Em suma, as pessoas próximas também têm dificuldades para discriminar mudanças graduais nos esquemas de controle e de prever as consequências maléficas a médio e longo prazo de consequências que são reforçadoras positivas a curto prazo. O *processo* de controle comportamental é difícil de ser identificado.

Para *todas* as pessoas envolvidas nas contingências de reforçamento em operação, que envolvem mudanças graduais, sejam elas coercitivas ou reforçadoras, o comportamento discriminativo de identificá-las e de prever os benefícios e malefícios que produzirão a médio e longo prazo são resultados de contingências de reforçamento que produzem os necessários comportamentos discriminativos e repertório comportamental de fazer previsão. Tais comportamentos não emergem espontaneamente. Além do mais, um comentário final: ficar sob controle de comportamentos que alguém emite, os quais produzem consequências perniciosas para o outro, até o ponto de deixar de emití-los e, adicionalmente, ficar sob controle de comportamentos que produzem o desenvolvimento harmônico do outro, até o ponto de se comprometer com emití-los, exige repertório comportamental instalado por contingências de reforçamento do tipo definido por Skinner (1999) como de terceiro nível de seleção. Tal condição tem que ser construída pela comunidade socioverbal. É necessário um agente socioverbal que programe as CR necessárias. Tal agente precisa conhecer profundamente a Análise do Comportamento.

Há combinações de eventos que parecem compor contingências de reforçamento positivo (há elogios, há toques, há falas acolhedoras, há ajuda, há diálogo etc.), quando na verdade o controle é coercitivo (na forma de decepção do agente controlador, de críticas – mesmo que sutis –, de retirada de atenção contingente ao desempenho indesejado do oprimido etc.). Nem sempre o agente controlador está consciente de que está manejando contingências coercitivas. O sucesso a curto prazo das contingências de reforçamento aplicadas afasta qualquer preocupação com alterá-las. Nem o opressor, nem o oprimido se dão conta das consequências a longo prazo, pois ficam, exclusivamente, sob controle das consequências imediatas. Assim, por exemplo, ao criar contingências para “fazer bem feito”, os pais desenvolvem no filho comportamentos

aprovados socialmente, tais como obediência, submissão, desempenho escolar adequado, respeito às normas etc. As formas de controle podem ganhar a forma de expressão de sentimentos, tais como “Papai fica muito feliz com suas notas”; “Mamãe fica triste quando você é malcriado”; “Conta pra vovó como foram suas notas; ela vai ficar muito feliz”; “Fazemos isto para o seu bem”; “Nossos sacrifícios serão compensados pelo seu sucesso e sua felicidade” etc. Todas as frases contêm uma dupla mensagem: tudo é feito em nome do amor ou por controle aversivo camuflado em fenótipos de amor. Assim, quando o comportamento emitido é desejado, as consequências são elogio, comentários de incentivo etc.; no entanto, quando o comportamento emitido não corresponde ao esperado, as consequências aversivas não tardam: “Estamos frustrados com seus resultados”; “Não esperávamos isto de você”; “Mamãe está abalada com o que você fez”; “Assim é que você retribui o nosso amor e dedicação a você?”; “O mínimo que esperamos é que você se corrija...” etc. Quais os padrões comportamentais produzidos por tal conjunto integrado de CR? Sentimentos de ansiedade, de culpa, agressividade (em geral, não exposta publicamente), depressão, baixa autoestima, baixa autoconfiança, fobias... Padrões comportamentais de submissão, obediência excessiva a regras, alta exigência de desempenho (que pode atrapalhar a emissão de comportamentos bem sucedidos), padrões de pensamentos obsessivos e de ações compulsivas, poucas iniciativas, baixa variabilidade comportamental. Adicionalmente, quando tais controles parentais são exagerados podem produzir abulia, desamparo, desistência generalizada de se comportar: abandono dos estudos, do trabalho, reclusão social, desinteresse generalizado pela vida, pensamentos suicidas, depressão aguda etc.

Todos os sentimentos e padrões comportamentais apresentados são, em geral, muito difíceis de serem alterados! *Não estão operando duas contingências de reforçamento alternativas, mas apenas o controle coercitivo sobre os comportamentos do filho.* Os reforços positivos (elogio, por exemplo) têm a função de *manter os comportamentos desejados de fuga-esquiva*, os quais sempre que emitidos evitarão as consequências sociais aversivas; estas sim são as que mantêm, por reforçamento negativo, os padrões comportamentais e os sentimentos adversos.

Como detectar se o controle dos pais sobre os filhos é de natureza positiva ou coercitiva? Há dois aspectos a serem destacados: em primeiro lugar, *qualquer contingência de reforçamento intensa* (positiva e coercitiva) cerceia a liberdade e, em algum grau, causa coerção; em segundo lugar, as CR nunca são aplicadas isoladamente, como tal, a influência que exercem é resultado da interação das múltiplas CR, umas influenciando e se deixando influenciar pelas outras. O critério mais confiável sobre a natureza da CR em operação é identificar os sentimentos que ela produz. Assim, ansiedade, medo, fobia, culpa etc. são produzidos por CR coercitivas; satisfação, prazer,

bem-estar, sensação de liberdade são produzidos por CR reforçadoras positivas. O papel do terapeuta consiste em ensinar o cliente a detectar os sentimentos que estão prevalecendo. Há dois controles de estímulos aos quais o cliente deve responder para identificar os sentimentos: a. manifestações corporais; b. as funções dos estímulos que compõem a CR presente. Uma maneira que a comunidade verbal dispõe para ensinar seus membros a detectar e nomear eventos encobertos, em particular sentimentos, é ensiná-los a identificar e nomear as contingências de reforçamento em operação. Assim, a contingência de supressão condicionada e os paradigmas de esquiva sinalizada e não sinalizada dão origem a sentimento de ansiedade; a contingência de punição dá origem a sentimento de medo, fobia; a contingência de extinção dá origem a sentimentos de frustração, raiva, desânimo, depressão; o paradigma de reforçamento positivo dá origem a sentimento de satisfação, bem estar; a contingência de reforçamento negativo dá origem a sentimento de alívio; a contingência de punição negativa dá origem a sentimento de rejeição, de frustração, de raiva etc. O importante é detectar corretamente a CR em funcionamento; o nome que se dá ao sentimento evocado eliciado pela CR é arbitrário, mas consistente e confiável se for sistematicamente associado à CR específica.

O que fazer em relação às contingências matriciais?

Quatro influências³ me marcaram significativamente e deram origem ao tema deste texto. Assim:

1. Duas obras de Kafka: *Metamorfose e Carta ao Pai*. Minha interpretação do livro *Metamorfose*, baseada na Análise Conceitual do Comportamento, é que Gregor, sob controle de contingências de reforçamento coercitivas intensas, contínuas e generalizadas na sua vida cotidiana, *sentiu-se* transformado em um abominável inseto. Assim, a metamorfose descrita no texto não se refere a uma mudança anatômica, mas a sentimentos tão intensos que dão origem a crenças de que a transformação de fato ocorreu. Gregor passa a se comportar como um inseto. *Desfecho trágico!* O livro *Carta ao Pai* é um relato, pode-se dizer tactos verbais textuais, sobre as interações reais vivenciadas entre Kafka e seu pai, do ponto de vista do autor. Trata-se de um vigoroso texto autobiográfico, em que Kafka descreve o controle coercitivo a que foi submetido – ou ao qual se submeteu – exercido pelo pai. *Desfecho trágico!*

³ Para uma compreensão mais profunda do papel de contingências matriciais na vida real, sugiro a leitura dos livros *Metamorfose e Carta ao Pai* de Franz Kafka e assistir ao filme *Frances*, dirigido por Graeme Clifford (1982), baseado na história real da atriz Frances Farmer. Para ter acesso à análise completa do livro *Metamorfose*, assista ao vídeo (aulas gravadas do Professor Hélio José Guilhardi, no ITCR).

Kafka nunca conseguiu se libertar dos efeitos emocionais e comportamentais de sua história de contingências de reforçamento. Em ambos os livros, ficam claras as contingências de reforçamento em operação e os produtos comportamentais e emocionais delas derivados. O segundo é explicitamente autobiográfico; o primeiro, pela minha avaliação, também o é, mas de uma forma metafórica.

2. O filme *Frances* (1982), dirigido por Graeme Clifford, apresenta a história real de *Frances Farmer*, atriz hollywoodiana, em que o espectador entra em contato com a força do controle inquebrável exercido pela mãe. Frances recusa-se a se libertar das influências da mãe, mesmo tendo lhe sido oferecidas alternativas para iniciar uma vida independente, as quais, não obstante, foram desdenhadas pela filha. *Desfecho trágico!*
3. Os experimentos de Solomon *et al.* (1953), que investigaram o papel do esquema de esquiva sinalizada de choques intensos, na instalação de comportamentos de esquiva, a que foram submetidos sujeitos experimentais (cachorros) e as manipulações experimentais de variáveis, a fim de encontrar um procedimento capaz de enfraquecer as respostas de esquiva aprendidas. *O processo comportamental de continuamente se comportar por esquiva é trágico! Os procedimentos para extinguir o comportamento de esquiva são dolorosos! O desfecho é encorajador e desperta esperança!*
4. A impotência, dentro do consultório, para alterar comportamentos e sentimentos de alguns clientes, os quais, mesmo admitindo que viviam em sofrimento, se mantinham insensíveis diante de quaisquer tentativas de análise do comportamento ou propostas de procedimentos para alterar suas vidas. Tais influências me levaram a pensar que pessoas adquirem repertórios de comportamentos que parecem ter sido instalados por um molde ou matriz que os aprisiona e os mantém imutáveis, apesar de esforços para alterá-los. Chamei-a de padrões comportamentais matriciais (PCM) e às contingências de reforçamento que lhes deram origem de contingências de reforçamento matriciais (CRM). *Avalio tais clientes com esperança!*

William James afirmou que o hábito é uma segunda natureza. Na prática clínica, o psicoterapeuta confirma a propriedade de tal frase em evidências cotidianas. No entanto, com alguns clientes ela ganha uma dimensão assustadora. Experiências de vida durante o desenvolvimento de tais pessoas podem instalar determinados hábitos, os quais, apesar de dificultarem uma vida harmoniosa com o mundo social e físico em que estão inseridos, não se alteram, não se deixam modelar pelas vivências e parecem ter uma natureza tal que se originou com o organismo, e não que lhe foi acrescentada por aprendizagem e experiências particulares durante o desenvolvimento comportamental e afetivo do indivíduo. Tais padrões comportamentais matriciais (CRM), como uma matriz inflexível, dão limites restritos e definidores – qual um molde – para a ampliação

do repertório comportamental e afetivo da pessoa. É como se esta pessoa não conseguisse ir além de um limite, que apesar de invisível é intransponível. É como se ela não conseguisse se rearticular e apresentar variabilidade para lidar com as vicissitudes e com os contornos sinuosos que a vida impõe a todos nós. Ela é... e continuará sendo como é! Tais padrões comportamentais matriciais (PCM) podem não se repetir em todas as áreas do desenvolvimento da pessoa, mas com certeza influenciam todas elas. A análise comportamental propõe que todos os comportamentos e sentimentos são produtos de contingências de reforçamento (CR), portanto os padrões comportamentais matriciais também são resultados da ação de CR. As CRM são complexas, compostas por uma rede de CR que se influenciam reciprocamente e não podem, portanto, ser identificadas *a priori*. Cada pessoa desenvolveu um PCM próprio, idiossincrático, em função das contingências de reforçamento a que foi exposto e que não se repete de um indivíduo para outro. Cada caso tem que ser analisado individualmente e as CRM de cada pessoa precisam ser identificadas e analisadas como um estudo de caso clínico. O trabalho do psicoterapeuta começa pela identificação dos PCM, avança para a pesquisa das CRM que deram origem (e, eventualmente, mantêm tal padrão) e procura descobrir procedimentos, basicamente investiga a competência de novas CR, para influenciar e modificar as funções das CRM em favor do desenvolvimento harmonioso do cliente. Uma característica intrigante dos PCM é que eles parecem ser pouco sensíveis às CR presentes. Por essa razão usei o termo “eventualmente” ao sugerir que podem existir CR atuais que os mantêm; no entanto, mais comumente tais PMC são insensíveis às consequências atuais que produzem. *O passado é mais poderoso que o presente!*

É incrível, mas os dados revelam que a história de contingências de reforçamento (portanto uma influência do passado), que não está mais em operação, gerou um padrão comportamental tal, que o organismo: 1. não testa mais a realidade e, desta forma, não chega a se certificar se as CR que foram funcionais no passado, ainda estão em vigor; 2. não se deixa influenciar por novas contingências de reforçamento, mesmo quando o comportamento produz consequências que se provou serem aversivas, pois foram elas mesmas que no passado instalaram comportamentos de fuga-esquiva, mantidos por reforçamento negativo. *O passado é mais importante que o presente porque o passado foi conhecido e o presente é ainda desconhecido!* Os dados contradizem o raciocínio lógico. Acontece que raciocínio lógico é comportamento a ser explicado e não explicação de comportamento. As mudanças que Solomon *et al* (1953) foram introduzindo progressivamente no estudo com os sujeitos experimentais equivalem, em certa medida, a instruções, conselhos ou ordens nas interações humanas.⁴ Instruções,

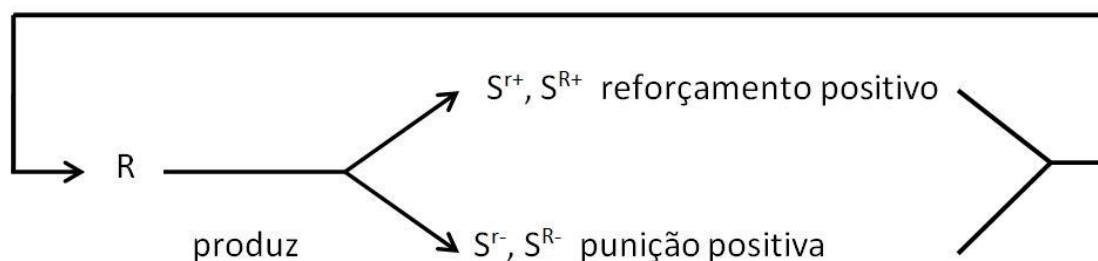
⁴ *Instruções* são descrições de contingências de reforçamento, nas quais, se forem emitidos os comportamentos específicos, ocorrerão as consequências previstas na descrição. Assim, se alguém pede orientação de como chegar a determinado lugar, seguir as instruções levará a pessoa ao local desejado.

conselhos ou ordens são descrições de CR que visam a estabelecer um controle verbal pelo antecedente sobre o ouvinte; apresentam-se na forma de *se* (determinado comportamento for emitido em dado contexto), *então* (determinada consequência será ou poderá ser produzida). Os procedimentos de Solomon *et al.* (1953) expõem o sujeito experimental diretamente às CR: dado determinado antecedente, se o comportamento especificado for emitido, produzirá determinada consequência; se não ocorrer, ou seja, se for emitido *qualquer outro* comportamento, então, se seguirá outra consequência. O terapeuta no contexto clínico pode (e deve), além de expor instruções e conselhos, programar CR que evoquem comportamentos que possam ser consequenciados por ele na própria situação clínica. Instruções e conselhos têm por objetivo levar o cliente a se comportar de maneiras que minimizam consequências aversivas e aumentam a probabilidade de produzir consequências reforçadoras positivas. Instruções e conselhos devem ser apresentados com verbalizações que tenham a função de *autoclíticos* (comportamentos verbais que aumentam o controle sobre o ouvinte, mais especificamente, que busquem amenizar o impacto de uma orientação, de modo a que não tenha a função aversiva de uma ordem, por exemplo). Assim, por exemplo: *Penso que talvez... quem sabe... se você tentasse agir de outra maneira... por exemplo, ...* (todos os termos grifados são autoclíticos que visam a amenizar o impacto das verbalizações do terapeuta). Nos estudos de Solomon *et al.*, os sujeitos eram expostos a condições novas (novas CR) e poderiam experimentá-las ou não, a fim de entrarem em contato com a nova realidade experimental: evento aversivo não seria mais apresentado associado ao CS (luz). Compare a diferença no consultório: o terapeuta pode dizer ao cliente com fobia de elevador que o perigo por ele antecipado é irreal ou improvável... Tal estratégia raramente funciona! Há evidências experimentais e clínicas que, em casos como este, procedimentos de exposição gradual ao vivo ou de forma imaginada, como se faz no uso da técnica de *dessensibilização sistemática* (Wolpe, 1958) ao estímulo fóbico, associados com reforçamento diferencial de aproximações sucessivas funcionais ao evento fóbico, produzem progressos clínicos significativos! Assim sendo, CR que produzem fobias não são mais consideradas matriciais, pois existem procedimentos que

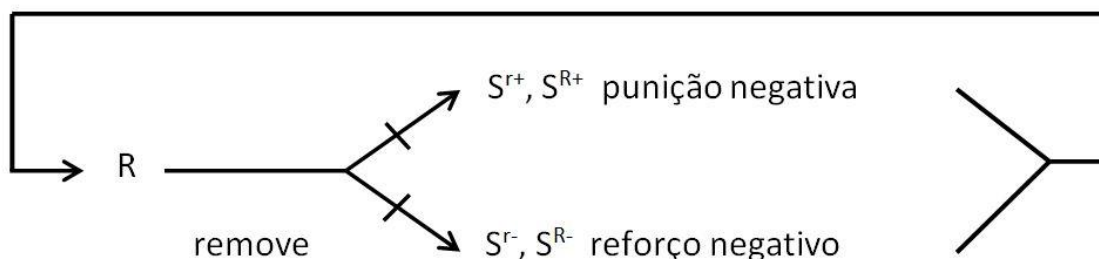
Conselhos são descrições de contingências de reforçamento, nas quais as consequências previstas na descrição não são produzidas por quem dá o conselho; como tal, podem não ser exatamente aquelas esperadas. Assim, se alguém perguntar à melhor amiga se deve telefonar ou esperar pela iniciativa do namorado, após uma briga entre eles, o conselho dado pela amiga não garante que – se seguido – produzirá a consequência desejada por ambas. O conselho, no entanto, em determinadas condições pode ser dado baseado em evidências. Neste caso, a consequência será mais previsível. Assim, alguém se queixa de dor de cabeça e lhe sugerem que tome um analgésico... *Ordens* são descrições de contingências de reforçamento, tipicamente coercitivas, nas quais a emissão do comportamento especificado na ordem evita a consequência aversiva (comportamento de fuga-esquiva) e emissão de outro comportamento produz a consequência aversiva, sendo que as consequências são manejadas por aquele que dá a ordem. Assim, por exemplo, se o supervisor disser que haverá atividades do departamento no fim de semana e que todos devem estar lá para trabalhar às 7 horas da manhã de sábado, aquele que faltar ou se atrasar será punido de acordo com as regras da Empresa.

alteram os sentimentos e comportamentos fóbicos. De forma análoga, pensamentos e comportamentos que compõem o transtorno obsessivo-compulsivo, de modo geral, são alterados de forma clinicamente significativa, com o uso de procedimentos de prevenção da resposta compulsiva. Em tais casos, as CR que produzem o transtorno obsessivo-compulsivo deixaram de ser consideradas matriciais. No entanto, há casos em que o transtorno não se altera significativamente; fala-se que deve haver componentes “endógenos” que limitam o poder dos procedimentos clínicos! Ou será que se trata de padrões comportamentais determinados por CR matriciais, que não foram ainda completamente analisadas e para as quais os procedimentos utilizados não são inteiramente eficientes?

O que pode ser analisado como PCM que foi instalado por reforçamento positivo não contingente? Neste caso, o déficit comportamental pode ser tão acentuado que – na ausência do provedor dos eventos reforçadores – a pessoa não tem mais acesso a tais reforçadores, pois não adquiriu comportamentos que os produzem. Quebrou-se, na história de contingências de reforçamento daquela determinada pessoa, o paradigma operante:



ou



A pessoa simplesmente não emite comportamentos da classe que produz determinadas consequências. Pode-se pensar que se trata, então, de uma condição menos deletéria que uma história de esquiva comportamental. Não necessariamente! Assim, a pessoa não responde a SDs ambientais – controle de estímulos que evoca comportamentos –, pois não foi exposta à instalação da função de SDs. O ambiente também é pobre em estímulos com função de S pré-aversivo... Diante dessas duas carências funcionais, o ambiente é anêmico em controle dos comportamentos pelos antecedentes. Adicionalmente, há pobreza de estímulos reforçadores: a pessoa responde apenas aos estímulos que lhe foram ofertados e, como foram obtidos sem relações de contingência do tipo *se* (me comportar) ... *então* (produzo consequência reforçadora positiva ou negativa), os eventos que se seguem a comportamentos apresentam tão somente relação de contiguidade – não de causalidade – com as respostas que os antecedem. Não adquirem, como tal, função reforçadora. Também os eventos que antecedem as respostas tão somente se relacionam com elas por *contiguidade*: as respostas se sucedem aos estímulos, mas não têm com eles relações funcionais. Não adquirem, como tal, funções de SD, S pré-aversivos etc. Com tais déficits, é muito difícil instalar novos comportamentos, pois a variabilidade comportamental é restrita (o que dificulta enormemente o uso de procedimentos de modelagem), os eventos consequentes não têm funções reforçadoras positivas, nem aversivas com intensidades suficientes para permitir reforçamento diferencial das respostas. Os sentimentos são produtos de contingências de reforçamento. Ora, se a pessoa responde pobremente a CRs, então seus sentimentos são pálidos. A pessoa poderia ser descrita como apática, indiferente, deprimida, pouco disposta a mudar seus padrões comportamentais estereotipados. Tende a recusar quaisquer tentativas de mudança e a permanecer repetindo os mesmos padrões comportamentais, mais por semelhança fenotípica do que por função! Pode-se falar que só faz o que quer... Não é bem assim, *só faz o muito pouco que sabe fazer*. Burla o padrão comportamental que selecionou os membros da espécie *Homo sapiens*, qual seja, se comporta alheia ao paradigma do comportamento operante. Até mesmo as respostas respondentes estão minimizadas, uma vez que há poucos estímulos condicionados eliciadores. A pessoa pode ser, inclusive, pobre na eliciação de respostas incondicionais próprias da espécie (apresentam baixo erotismo, baixa variabilidade comportamental, pobreza de apetites – poucas coisas a reforçam –, pouca responsividade a operações estabelecedoras (motivacionais etc.).

Qual é o caminho?

Como proceder para chegar às contingências matriciais? Qual a relevância de identificá-las e descrevê-las? Proponho-me a responder às duas questões.

É mais esclarecedor começar com uma comparação. Alguém observa os comportamentos de pressionar a barra emitidos por um sujeito experimental. Nota uma regularidade específica dentro de um recorte feito na curva de desempenho do animal: há uma certa aceleração na frequência de respostas, até que uma delas produz uma gota de água. O rato a consome prontamente. Segue-se uma pausa. Aos poucos são emitidas algumas respostas, há um aumento razoavelmente sistemático na emissão de pressões à barra até que é produzido um novo reforço. O ciclo se repete! A partir de tal padrão de comportamentos (note que o termo é “padrão de comportamentos” e não de respostas, o que implica em regularidade no conjunto de respostas relacionado *funcionalmente* a eventos antecedentes e consequentes), pode-se chegar às CR que lhe deram origem: *esquema de reforçamento em intervalo fixo*. Suponha que se deseje modificar o padrão comportamental atual: eliminar as pausas após reforço e manter uma regularidade na emissão de respostas, sem acelerações, nem reduções de frequência comportamental. Conhecendo as CR de intervalo fixo que mantêm o padrão comportamental, agora considerado indesejado (emissão de comportamentos com pausas após reforço), e conhecendo quais CR (esquemas de reforçamento intermitente de razão ou intervalo variável) produzem um padrão comportamental sem pausas, agora considerado desejado, então basta alterar o esquema de FI para VR ou VI e, desta forma, se obterá o novo padrão esperado. Podem ser programadas outras alterações – agora não mais nos esquemas de reforçamento usados –, mas nos *parâmetros* do esquema. Assim, por exemplo, programar maior ou menor número de respostas médias nos esquemas de VR; maior ou menor intervalo médio entre disponibilidade do reforço nos esquemas de VI; exigir maior ou menor força das respostas (alterando a resistência da barra para se mover); variar o grau de motivação (maior ou menor privação de água ou alimento); inserir inter-relação com outros esquemas de reforçamento etc., tal que serão obtidos ajustes mais refinados do padrão comportamental desejado. Com esta analogia pode-se prosseguir.

Quais indícios comportamentais apresentados pelo cliente devem vir a controlar o comportamento do terapeuta de detectar que se tratam de padrões comportamentais matriciais? Daí segue-se a questão: quais são as variáveis que estão presentemente mantendo tais padrões comportamentais? Finalmente, cabe ao terapeuta se perguntar: quais contingências de reforçamento, que fizeram parte da história de contingências desta pessoa, instalaram as funções dos eventos que compõem as contingências de reforçamento às quais ela responde presentemente? O desafio que cabe ao terapeuta é recuperar os dados possíveis para reconstruir a história de contingências de reforçamento da qual os PCM são função. Sobre este terceiro ponto, alguém pode

questionar: qual é a relevância de conhecer o passado do cliente, se o terapeuta só pode atuar no presente? É verdade que apenas as CR que estão operando presentemente podem ser influenciadas por ações terapêuticas introduzidas no presente. No entanto, as CR operando no presente integram-se com as CR do passado e produzem uma rede de influências entre as funções dos eventos comportamentais e ambientais adquiridas no passado e que estão sendo *mantidas no presente*, exatamente, pela interação das CR passadas e atuais. Assim, por exemplo, suponha que um cliente, na empresa em que trabalha, foi orientado pelo seu supervisor para fazer algumas mudanças na atuação profissional (CR atual). Em função de sua história de contingências poderá se comportar de formas muito diferentes ao receber as orientações. Assim, suponha duas condições possíveis, que caracterizam a história de contingências sob as quais ele se desenvolveu:

- a. História de CR caracterizada por diálogo no seio familiar, que o ensinou que um comentário feito por alguém da família (o pai, por exemplo) tinha função de SD, sob controle do qual um novo comportamento, se emitido, produziria reforço social. Veja, por exemplo, o seguinte episódio: Pietra, de quatro anos, “apronta” uma tremenda bagunça com os brinquedos no seu quarto. A tia, ao se deparar com aquele “caos”, diz solenemente: “ — Você é ‘fogo’, menininha!” A garota sai do quarto pulando e, alegremente, fala rindo para mãe: “— A titia disse que eu sou fogo! Ah, ah, ah...” Esta criança certamente não vive num ambiente familiar coercitivo! Se o cliente viveu numa atmosfera familiar acolhedora, que propiciou sentimentos de liberdade e valorizou criatividade, então, quase certamente, atribuirá à orientação do supervisor a função de SD. Desta forma, acatará os comentários dele como uma ajuda bem vinda, os quais propiciarão trocas de ideias, evocarão variabilidade comportamental, que aumentará a probabilidade de produzir reforço positivo profissional e social. Além disso, os sentimentos gerados pela interação entre ambos serão positivos (de amizade, de gratidão, de proteção, de cooperação etc.).
- b. História de CR caracterizada por críticas ácidas no seio familiar, relações interpessoais de opressão, ausência de tolerância, excesso de punições etc. Veja, por exemplo, a seguinte cena: no almoço, Lucas, de 6 anos, pega a jarra de suco para se servir. Está mais pesada do que o usual! Ele derrama o suco na toalha, o copo quebra sobre a mesa... O pai dá um grito com raiva e completa: “— Você é um incompetente. Não serve nem para por suco no copo? Muito me ‘orgulho’ de ter um filho assim!” O garoto se cala, chora contido, perde o apetite... Lucas certamente vive num ambiente familiar coercitivo, que cerceia sentimentos de liberdade, de autoestima, de autoconfiança, que inibe emissão de variabilidade comportamental! Se o cliente viveu numa atmosfera familiar tão sombria, então atribuirá à orientação do supervisor a função de Sav ou Spré-aversivo. Assim, a pessoa tenderá a se submeter ao controle, que interpreta como aversivo, a emitir comportamentos estereotipados da classe de respostas de fuga-esquiva da esperada e temida punição (crítica, irritação etc. do supervisor), terá sentimentos de ansiedade, de insegurança, de baixa autoconfiança e, adicionalmente, poderá

passar a emitir comportamentos da classe de respostas persecutórias (“Ninguém gosta de mim...”), autodepreciação (“Não faço nada direito...”), a desenvolver comportamentos fóbicos (“Não consigo mais dirigir meu carro...”) etc.

Em suma, diferentes clientes, com histórias de contingências particulares, expostos a contextos equivalentes, levarão o terapeuta a adotar *procedimentos atuais diferentes*, os mais apropriados às histórias de CR de cada cliente. Note que não se está trabalhando com o passado do cliente, mas com as *funções atuais* dos eventos comportamentais ambientais, que foram *instaladas no passado*, mas que se *mantêm como tal até o presente*. Ou seja, analisar a história de CR não significa analisar o passado. O psicoterapeuta, de fato, só pode lidar com CR atuais. O que importa é distinguir entre:

- a. como se deu no passado a instalação de dado comportamento e
- b. como ele está sendo mantido no presente.

Desta maneira, se o terapeuta identificar, por exemplo, que dado comportamento foi *instalado* por contingências coercitivas e que as contingências coercitivas *continuam prevalecendo* na vida cotidiana atual do cliente, então, poderá concluir que se trata de comportamento de fuga-esquiva e, como tal, é um padrão com alta resistência a extinção, se comparado com padrões comportamentais instalados por reforçamento positivo. Saberá também que a pessoa vive com sentimentos predominantemente aversivos (ansiedade, medo, preocupação, culpa etc.), associados com sentimentos que ela considera agradáveis, mas que, na verdade, são sentimentos de alívio, próprios de reforçamento negativo, e não de prazer, satisfação, produzidos por reforçamento positivo. *O que vai guiar as decisões do terapeuta, portanto, não é a queixa apresentada pelo cliente – que pode induzir o terapeuta a erros –, mas as interações entre as contingências de reforçamento passadas e atuais!* Assim, o cliente pode dizer: “Estou disposto a mudar meus pensamentos” (se forem de fuga-esquiva, isso será muito difícil, apesar do desejo do cliente); “Tenho momentos de satisfação” (na verdade de alívio, que ele confunde com satisfação), ou seja, a vida do cliente é, provavelmente, pior do que ele próprio tem consciência... O interesse, portanto, não é puramente *histórico*, mas como a história se mantém presente agora.

O terapeuta comportamental o tempo todo trabalha com CR no presente, mas o que muda é a ênfase decorrente da análise das contingências que estão operando. Assim, por exemplo, não adianta orientar os pais para deixarem de dar atenção contingente aos PCM do filho, se, em primeiro lugar, o que mantém os PCM é reforçamento negativo supersticioso. Os PCM poderiam ser, neste exemplo, comportamentos de esquiva de consequências não mais presentes, mas cuja ausência

não pode ser demonstrada porque a esquiva se mantém, e não comportamentos mantidos por reforçamento positivo social generalizado; e, em segundo lugar, é pouco provável, neste caso, que a atenção dos pais tenha função de reforço positivo social generalizado; a atenção pode ser uma consequência com função neutra ou até mesmo aversiva para aquele filho. Portanto, a missão do terapeuta, neste exemplo, é *desconstruir* a contingência supersticiosa de reforçamento negativo – a matriz da qual decorrem as demais funções dos eventos – e *construir* novas funções para os eventos, por exemplo, tornar a atenção dos pais uma consequência com função reforçadora positiva.’

Pode-se propor alguns critérios para identificar a presença de padrões comportamentais matriciais. Assim:

1. O cliente ou pessoas relevantes do ambiente social ao qual o cliente pertence (pais, amigos, colegas de trabalho, supervisores, professores etc.) devem considerar aversivos padrões comportamentais do cliente. É uma forma funcional de se propor a necessidade de mudança comportamental. Acrescente-se que o cliente (ou a família) pode relatar uma frustrada história de tentativas de tratamento: “Tentei vários tratamentos, com psiquiatras, com sucessivos terapeutas, experimentei diferentes remédios, com diferentes doses... nada funcionou...”; “Vários profissionais desistiram de mim...”; “Várias escolas já excluíram meu filho: - Não temos condições de mantê-lo no nosso currículo e dentro das nossas normas disciplinares...”, é um refrão que já ouvimos com angústia crescente!; “Não encontro minha vocação: tentei vários Cursos e não me dei bem com nenhum”; “Sou um ET social; ninguém se aproxima de mim; desisti do ser humano...” etc.
2. O cliente não fica sob controle das análises e nem das intervenções do terapeuta:
 - a. não concorda com as análises apresentadas. São comuns frases tais como: “Não concordo que vivi sob pressão. Papai era muito afetivo comigo... Seria incapaz de me fazer qualquer mal”; “Nunca senti nenhuma forma de coerção: sentia-me muito amado”; “Acredito que há algo errado comigo ou *dentro de mim*; não tem nada a ver com meus relacionamentos, nem com minha família”; “Sempre fui assim...”; “Não há porque reavaliar a função dos relacionamentos dentro de casa desde minha infância; eu sempre me senti bem: era muito valorizado pelos meus pais”; “Que mal há em ser amado? Se meus pais me deram de tudo é porque me amavam. Eu me sentia acolhido nesse meu ninho acolhedor...” ou, em certos casos, o cliente nega qualquer dificuldade: seus comportamentos são aversivos para o *outro*, não para ele (está presente na terapia por coerção, como pode ocorrer com um adolescente que inicia a terapia por exigência dos pais).

- b. concorda com as análises, mas confessa absoluta incapacidade de mudar. Tal impossibilidade aparece em expressões tais como: “Sei que meus pais exageraram nas exigências, mas hoje sou eu que me exijo e não consigo mudar”; “Concordo que minha mãe me faz chantagem emocional, mas se a contrario sinto-me culpada... Simplesmente não consigo desagradá-la”; “Nem a raiva que sinto por meu pai consigo demonstrar; imagine enfrentá-lo...”; “Prefiro dar um tempo... acho que com a idade meu pai se tornará mais brando e mais compreensivo”; “Minha esposa precisa compreender que sou assim: não tolero vida social, prefiro me isolar em casa à noite e em fim de semana... É como me sinto melhor!”; “Depois de quase 15 anos de casado, acho normal que o interesse erótico se esvaneça na vida do casal; não sinto necessidade de fazer sexo com minha esposa... de resto, vivemos bem!” etc.
3. Procedimentos usuais, aqueles que são mais frequentemente empregados na prática clínica, não são aceitos pelo cliente ou não funcionam. Pode-se argumentar que não funcionam porque não foram corretamente utilizados. É uma possibilidade. Provavelmente o procedimento precisa de maior refinamento: há necessidade de atuar nos *parâmetros* dos procedimentos. Assim, dois procedimentos de *punição* (é um equívoco imaginar que existe *um* procedimento de punição: são tantas as variáveis que compõem o que se denomina punição, as quais resultam em padrões de comportamento tão diferentes, que se corre o risco de supersimplificar as contingências de reforçamento em operação na vida de determinada pessoa; o mesmo comentário se aplica a procedimentos de reforçamento positivo: não existe *um* procedimento positivo!... Podem produzir resultados comportamentais muito diferentes.) Assim, serão diferentes os resultados comportamentais se, no procedimento de punição usado, os comportamentos produzirem consequências aversivas *intensas* ou *brandas*; se *todas as respostas* emitidas daquela classe forem punidas ou a consequência aversiva for *intermitente*; se houver relação sistemática entre emissão do comportamento e apresentação da consequência aversiva (há relação de contingência entre comportamento e evento aversivo: C → Sav) ou se a relação é ora contingente, ora não contingente; se a punição for sinalizada ou não sinalizada etc. Os efeitos da punição são complexos e, até o momento, apenas parcialmente compreendidos. Veja o que escreveram Boe e Church, 1968 (p.211):

“Comportamento não é apenas uma função da situação de estímulo atual, mas também das experiências prévias do sujeito. No caso da punição, a história do sujeito de exposição anterior a estimulação aversiva é uma informação importante na previsão do efeito de punição posterior. Por exemplo, um dado nível de punição pode se tornar progressivamente menos eficiente para suprimir uma resposta

não desejada de uma criança, na proporção em que sua experiência com punição aumenta. O análogo experimental deste fenômeno é frequentemente observado no laboratório (por ex., Azrin, 1960b; Camp, Raymond e Church, 1967). Miller (1960) demonstrou que a supressão produzida por um dado nível de punição, pode ser minimizada através do aumento gradual da intensidade da punição no avanço das tentativas. A exposição prévia desta natureza atenua o efeito de punição posterior. No entanto, o resultado oposto também foi observado. Entre outros, Walters e Rogers (1963) demonstraram que exposição prévia a choque elétrico aumenta o efeito de supressão do choque punitivo subsequente. Muitos problemas experimentais teóricos interessantes surgem de dados, que demonstraram que aproximadamente a mesma sequência de eventos pode produzir resultados fidedignos em direções opostas”.

De maneira análoga, procedimentos de reforçamento positivo podem gerar diferentes resultados comportamentais se o reforço positivo for arbitrário ou natural; se o esquema de reforçamento for contínuo ou intermitente; se for intermitente, no entanto, em esquemas de intervalo ou de razão; se o intervalo for fixo ou variável; se a razão for fixa ou variável etc. Também influencia no desempenho final o papel exercido por controle de estímulos: paradigma de fuga-esquiva sinalizado produz comportamentos diferentes de paradigma de esquiva não sinalizada. Nos paradigmas de supressão condicionada há interações – a serem detectadas experimentalmente – entre a duração do CS e a densidade dos reforços positivos que mantêm o desempenho na linha de base: a duração do CS se relaciona com a quantidade de reforço positivo disponível no esquema de reforçamento da linha de base, de tal maneira que haverá supressão de respostas na presença do CS, desde que tal pausa nas respostas não produza perda de reforços possíveis superior a 10%. Ou seja, o desempenho na presença do CS não é determinado apenas pela apresentação do choque livre no final do CS, mas pela interação do choque com a perda de reforços positivos da linha de base se houver supressão de respostas. O número de respostas na presença do CS inclusive pode aumentar em relação à frequência da linha de base, efeito denominado de *facilitação*. Há estudos (Hake e Powel, 1970 e Guilhardi, 1975) que introduziram importante mudança no paradigma da supressão condicionada: no final do CS, ao invés de ser apresentado um estímulo aversivo intenso, não contingente e inescapável, era apresentado um reforço positivo livre. Nos estudos de Guilhardi (1975), o reforço usado no esquema de reforçamento da linha de base era uma gota d’água; o reforço livre era uma gota de leite açucarado cinco vezes maior. Para distinguir um paradigma de outro, ao primeiro se deu o nome de paradigma de ansiedade negativa (induzida por estímulo aversivo); o segundo foi chamado de

paradigma de ansiedade positiva (induzida por estímulo reforçador positivo). Houve supressão quando foi usado o reforço livre, e os dados comportamentais de um paradigma e outro foram análogos!

A abundância de dados vindos do laboratório de pesquisa básica, produzidos pela Ciência do Comportamento, a qual tem investigado, de forma sistemática, parâmetros das variáveis experimentais, estimulam o terapeuta a adquirir profundo conhecimento da Análise Experimental do Comportamento, a fim de ficar sob controle dos componentes das CR e, desta forma, tornar-se mais capaz de identificar relações comportamentais análogas entre a vida real e o laboratório.

Há outra possibilidade para explicar a ineficácia do procedimento terapêutico. Assim, por exemplo, a análise e identificação das CR que instalaram o padrão comportamental indesejado e das CR que o mantêm no presente foi incorreta ou incompleta. Há necessidade de mais observação e de alcançar uma análise mais abrangente, a fim de se chegar à composição das CR que estão operando. Na vida cotidiana de uma pessoa, os comportamentos e sentimentos resultam da inter-relação entre múltiplas contingências de reforçamento, que formam complexa rede dinâmica de influências recíprocas; o terapeuta lida com *processos* comportamentais, não com fenômenos comportamentais *isolados*. Justifica-se falar em *comportamento humano complexo*! Assim, o desafio para a atuação do terapeuta é imenso. Para enfrentá-lo precisa ter sofisticado conhecimento conceitual da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical, amplo domínio dos procedimentos experimentais adotados e dos dados produzidos pela Ciência do Comportamento (a qual inclui Análise Experimental e Análise Aplicada do Comportamento, bem como estudos observacionais sistemáticos do comportamento e estudos de casos clínicos), possuir ampla variabilidade comportamental terapêutica para escolher ou para criar procedimentos a serem implementados com eficácia, ou seja, que gerem resultados clínicos socialmente significativos, isto é, que beneficiem o cliente diretamente e o grupo social significativo de sua vida de modo indireto. As criações de novos procedimentos terapêuticos não significam criar novos princípios comportamentais, nem o uso de conceitos e estratégias terapêuticas ecléticas, advindas de diferentes paradigmas ou escolas psicológicas. A variabilidade do terapeuta deve ampliar a extensão em que utiliza os conceitos e práticas comportamentais. Nada além!

4. Os eventos do cotidiano do cliente adquiriram função muito idiossincrática, ou seja, parece que só se aplicam a ele. Basicamente, os eventos aversivos são muito mais intensos do que para a maioria das pessoas da comunidade, ou classe social, ou grupo profissional ao qual pertence aquele cliente. Ou vice-versa, condições que são muito aversivas para as pessoas de determinado grupo social funcionam como eventos amenos para o cliente. Um estudo experimental conduzido por Azrin (1959),

utilizando pombos como sujeitos experimentais, ilustra como podem ser construídas interações entre comportamento e ambiente, à primeira vista espantosas, através de sutil e sofisticado manejo de contingências de reforçamento. Assim: o comportamento de bicar do sujeito experimental era mantido num esquema FR (cada pombo, tinha um valor próprio da razão que variou de 10 a 50) mantido por reforçamento positivo. Após o desempenho no esquema FR mostrar estabilidade, o procedimento envolveu uma contingência de punição em que *cada resposta* de bicar era seguida por um choque elétrico cuja intensidade foi introduzida de forma crescente desde 1 até 120 volts. A mudança de uma intensidade para a seguinte (mais intensa) dependia do desempenho do pombo: a intensidade da punição era mantida até que o padrão e o número total de respostas não mostrassem qualquer tendência discernível por sessões sucessivas. Segue-se a descrição que o autor fez da observação de um pombo mantido em FR 25 durante punição severa (convém lembrar que este sujeito recebia 25 choques e um reforço nesta condição experimental):

“A observação visual direta dos sujeitos na presente investigação revela uma visão bastante dramática durante punição severa (80, 100 e 120 volts). Imediatamente após o reforçamento, o pombo usualmente se afasta completamente da área do disco de resposta. Quando o sujeito finalmente retorna até o disco e executa a primeira resposta, a punição produz agitação e movimentos frenéticos e violentos das asas. A violência da reação física a esta primeira punição dá a impressão que nenhuma outra resposta voltará a ser emitida por algum tempo. No entanto, o sujeito executa as 24 respostas restantes numa sucessão extremamente rápida, mesmo quando o efeito físico da punição parece tornar difícil a manutenção de uma postura ereta, ou até de se manter respondendo”. (p. 304).

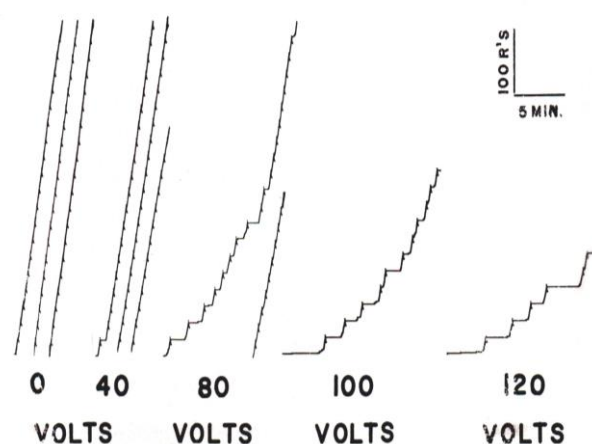


Figura 1. O efeito de várias intensidades de punição sobre desempenho em razão fixa. É mostrada uma sessão diária completa de 15 min para cada valor de punição.

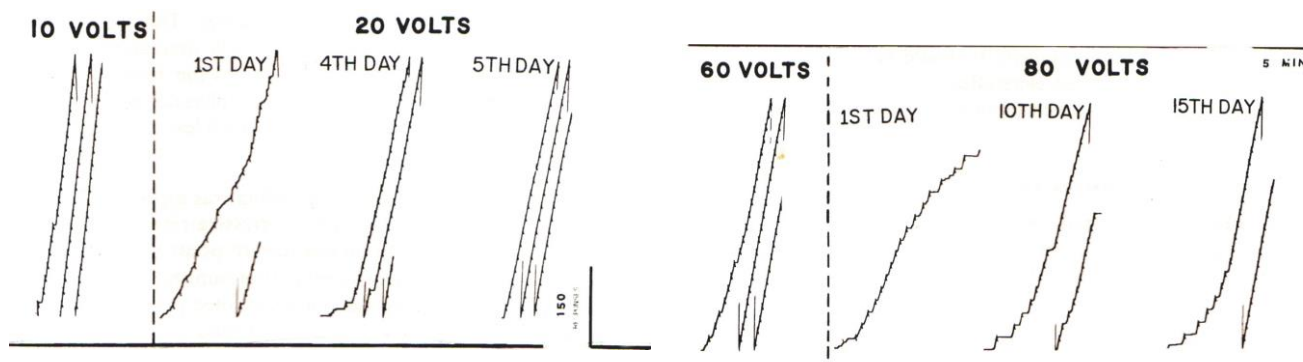


Figura 2. Mudanças transitórias e estáveis de desempenho quando a intensidade da punição é aumentada. Cada grupo de curvas representa o desempenho de uma sessão completa.

O resultado do experimento e as conclusões foram assim resumidos:

“O efeito da punição no desempenho em razão fixa é aumentar a duração das pausas após reforçamento. Não ocorre redução na taxa local (respostas por unidade de tempo, determinada para um período curto, particularmente quando a taxa é relativamente constante durante aquele tempo) de respostas, quase independente da severidade da punição. Qualquer redução no número total de respostas, é, portanto, atribuída a um aumento nas pausas, não a qualquer decréscimo na taxa de respostas que vem prevalecendo. Esta redução de respostas é maior no momento da introdução inicial, ou aumento, da punição. Nas intensidades moderadas de punição há, inicialmente, uma redução acentuada na frequência das respostas, mas ocorre uma recuperação progressiva durante a exposição continuada, a qual, virtualmente, se completa. Com intensidades mais altas, quase intoleráveis fisiologicamente, a recuperação do efeito inicial da punição é apenas parcial. Os resultados deste experimento mostraram, de maneira incontestável, que o sujeito experimental ficou sob controle das contingências de reforçamento manejadas: reforçamento positivo intermitente em esquema de razão fixa e punição positiva, tendo choque elétrico como evento aversivo, contingente a todas as respostas emitidas. A maneira como foi introduzida a intensidade do choque numa hierarquia progressiva – do menor valor para o maior – parece ser uma variável crítica, não avaliada experimentalmente (o que ocorreria se as intensidades

maiores de choque fossem apresentadas inicialmente?). O tamanho da razão de reforçamento foi avaliado (FR 10 a FR 50), revelando que os parâmetros da razão não alteraram os padrões de respostas dos sujeitos experimentais.” (pp. 304 e 305)

Um observador que não conheça a história de contingências a que foram expostos os pombos (não é nesta condição de perplexidade que se encontra o terapeuta nas primeiras sessões em que o cliente apresenta suas queixas?) poderá se perguntar: São pombos masoquistas? (interpretação internalista, dualista, da causação dos comportamentos). Trata-se de uma mutação genética? (interpretação organicista dos padrões comportamentais). Estão sob efeito de drogas alucinógenas? (interpretação neurofisiológica da determinação de comportamento) etc. Não! Trata-se de pombos saudáveis que foram expostos a contingências de reforçamento que os levaram a se comportar assim. Não tem lógica? Comportamento não é determinado pela lógica, mas por contingências de reforçamento...

Mais evidências experimentais: Church (1969, p. 124) em um longo e estimulante capítulo denominado de *Supressão de resposta* escreveu

“A magnitude da supressão de resposta não é apenas uma função da severidade da punição que está sendo presentemente administrada [grifos adicionados], mas também uma função da experiência prévia do sujeito com o choque. Qual a influência da exposição prévia ao choque sobre a magnitude de supressão de resposta produzida pela punição contingente à resposta? Há dois resultados básicos, ambos muito bem documentados. O primeiro é que a exposição prévia a um estímulo aversivo decresce a eficácia de uma punição (por ex., Karsk, 1963); o segundo é que a exposição prévia a um estímulo aversivo aumenta a eficácia de uma punição (por ex., Pearl, Walter e Anderson, 1964)”.

Church (1969, pp. 153-154) encerrou o capítulo com o sumário que se segue (aqui apresentado como exemplo da complexidade em geral do controle do comportamento e como ênfase na necessidade de se conhecer evidências experimentais vindas da pesquisa básica):

“Punição de uma resposta instrumental [operante] positiva [mantida por reforçamento positivo intermitente] tipicamente produz supressão daquela resposta e a magnitude de supressão é uma função de: 1. características do estímulo aversivo e 2. relação entre a resposta e o estímulo aversivo. A evidência experimental descrita neste capítulo

baseou-se na frequência de resposta de ratos que foram treinados a pressionar uma barra que produzia alimento e então punidos pelo desempenho da mesma resposta. A razão de supressão foi usada como a medida da eficácia da punição. Esta razão de supressão se mostrou mais sensível às diferenças entre vários tratamentos de punição do que várias outras medidas razoáveis e não foi encontrada outra medida alternativa mais sensível para as diferenças entre tratamentos.

Resultados dos experimentos descritos neste capítulo dão suporte às seguintes afirmações:

1. Severidade do estímulo aversivo. *A magnitude da supressão de resposta é uma função direta da severidade da punição, tanto sua intensidade como sua duração.*

2. Exposição prévia ao estímulo aversivo. *Na presença de um estímulo aversivo de uma severidade particular um sujeito tem uma tendência a persistir no desempenho que adquiriu no contexto da exposição prévia aos estímulos aversivos. Portanto, exposição prévia a um estímulo aversivo pode tanto aumentar, como diminuir a eficácia da punição subsequente.*

3. Contingências entre resposta e estímulo aversivo. *A qualquer dada severidade de um estímulo aversivo, a magnitude de supressão de resposta é maior se o estímulo aversivo ocorre imediatamente após uma resposta do que se ocorre independentemente da resposta.*

4. Contiguidade entre resposta e estímulo aversivo. *A magnitude de supressão de resposta decresce na proporção em que o intervalo temporal entre resposta e punição aumenta, mesmo quando a dependência da punição em relação à resposta é constante.*

5. Estímulo discriminativo anterior ao estímulo aversivo. *Um sinal de alerta que precede uma punição reduz a magnitude da supressão na ausência de um sinal de alerta.*

6. Punição de várias respostas em uma sequência comportamental. *Punição da primeira resposta em uma sequência comportamental produz maior supressão de resposta que punição de respostas seguintes na sequência comportamental. O decréscimo na frequência de resposta que antecede a resposta punida (antecipação da punição) é uma função da possibilidade de discriminar a resposta punida; o decréscimo na*

frequência de resposta subsequente à resposta punida (reação à punição) é uma função do número de respostas entre a resposta punida e a resposta reforçada.

Tais estudos empíricos podem contribuir para uma formulação teórica das bases para a supressão de respostas produzida por punição. Tal teoria deveria estar intimamente relacionada com uma teoria de treinamento instrumental [operante] com recompensa, uma vez que os maiores determinantes da eficácia da punição são idênticos aos maiores determinantes da eficácia do reforçamento positivo.”

Também os eventos relatados como reforços positivos pelas pessoas do grupo a que pertence o cliente podem não ser reforçadores para ele. O cliente pode apresentar, tipicamente, notável indiferença aos reforços usualmente categorizados como positivos. Por que isso ocorre? Pelas mesmas razões apontadas nos comentários sobre eventos aversivos... *As funções dos estímulos não são intrínsecas aos estímulos em si, mas às contingências de reforçamento, as quais lhes atribuem funções.* Eventos considerados reforçadores positivos, se forem muito abundantes, tornam-se estímulos neutros ou até mesmo aversivos; eventos que são dados sem relação de contingência com comportamentos (reforços livres) na melhor das hipóteses instalam comportamentos supersticiosos disfuncionais...

Vou me estender apresentando dois episódios do cotidiano que bem ilustram a complexidade dos controles exercidos por reforçamento positivo e como é difícil, muitas vezes, separar (ou até mesmo detectar) a interação entre controle positivo e aversivo. Assim, é comum os pais se espantarem (aliviados!) quando tios e avós comentam que Júnior se comportou “como um anjinho” no fim de semana que passou na casa deles: não fez birra, comeu de tudo, tomou banho sem reclamar do xampu nos olhos, fez inalação antes de dormir, foi para cama no horário devido... “Nossa nem parece o mesmo Júnior!”, exclamam os pais. É óbvio que Júnior é o mesmo; as contingências de reforçamento positivo num contexto e no outro é que não são as mesmas. Em casa, os pais fortalecem um encadeamento de respostas que envolve comportamentos indesejados nos primeiros elos: Júnior “não ouve” instruções, que precisam ser repetidas; recusa-se a atender às solicitações, diz “não”; faz birras, ouve ameaças (nunca cumpridas) e, finalmente, após muito diálogo, insistência, ajuda física (todas formas de atenção social vindas dos pais com função de reforçamento positivo generalizado), Júnior se engaja no último elo do encadeamento: fazer aquilo que se espera dele! O que levou Júnior a emitir todo esse encadeamento de comportamentos considerados indesejados (no entanto, funcionais na interação com os pais) antes de, afinal, atender aos pedidos dos pais?

A explicação se encontra num sutil e inadvertido procedimento de modelagem aplicado pelos pais. Assim, por exemplo, os pais se mantêm alheios aos comportamentos desejados de Júnior; afinal, não os estão incomodando..., até que ele emita qualquer comportamento indesejado, quando, então, os pais atentam para a existência do filho, sob controle de uma ação que lhes é aversiva! Os pais prontamente reagem, dando atenção ao comportamento indesejado. Ocorrem, então, dois processos comportamentais: 1. Os pais consequenciam com reforço positivo generalizado o comportamento indesejado do filho (que se fortalece como primeiro elo do encadeamento) e apresentam vários SDs (repetem a instrução sobre o que esperam dele; dão ajuda física, prometem privilégios etc.) que aumentam a probabilidade de Júnior emitir, afinal, o comportamento desejado (último elo do encadeamento); 2. Júnior para de se comportar de forma indesejada pelos pais e, como tal, cessa uma condição aversiva para eles. Os pais são, então, reforçados negativamente: o comportamento de afagarem o filho é exemplo de comportamento de fuga. Adicionalmente, Júnior reforça positivamente os comportamentos dos pais de induzi-lo a se comportar “como se deve”, atendendo às instruções solicitadas! Tal processo se mantém, com um agravante: os elos indesejados do filho vão apresentando ampla variabilidade e se ampliando, e os pais vão reforçando diferencialmente e de forma progressiva até instalarem longos encadeamentos!... Na casa dos tios e avós, os reforços positivos generalizados são provavelmente imediatos e os controles de estímulos mais sistemáticos. Assim, por exemplo, os tios dão uma instrução “Vamos tomar banho” próximos do Júnior, com a toalha colorida nas mãos, tocando no braço do garoto, comentando como a água está quentinha, acompanhando-o passo a passo até dentro do box etc. Tais procedimentos de controle de comportamento são, provavelmente, muito diferentes daqueles usados pelos pais, que gritam da cozinha para Júnior (que, possivelmente está, no momento da ordem, engajado em alguma atividade agradável, como, por exemplo, assistindo a desenhos na TV): “Hora do banho! Vá para o chuveiro...”. Os pais não serão mesmo atendidos! (Note, a favor dos pais, que Júnior atende prontamente aos SDs providos de tios e avós porque os comportamentos desejados já estão instalados!). Como se vê, em ambos os contextos prevalecem contingências de reforçamento positivos: são, no entanto, muito diferentes! Não é surpreendente constatar que produzem comportamentos tão diferentes no mesmo garoto!

A segunda condição é a do aposentado. Durante sua vida profissional formalmente útil, os comportamentos de trabalhador são essencialmente mantidos por fuga-esquiva. Fuga-esquiva de possíveis e extremamente aversivas perdas. Assim, perda de dinheiro e as decorrências que se seguem: não ter como pagar alimentação, moradia, estudos para os filhos, plano de saúde, impossibilidade de aquisição de bens, até mesmo os de necessidade cotidiana etc.; perda de status e de prestígio,

para aqueles que alcançam postos mais elevados na hierarquia profissional; perda de oportunidades de se engajar em atividades produtivas, que ocupam seu dia-a-dia e lhe dão dignidade e sentido de vida; perda dos contatos sociais com os pares; perda do respeito daqueles a quem a pessoa serve etc. O sentimento predominante é o de ansiedade, diante da contínua e crônica possibilidade de perder o que conquistou. Os comportamentos de fuga-esquiva que a pessoa emite no trabalho (todos sob controle aversivo) abrangem ampla gama de variabilidade. Assim, submeter-se às regras da Corporação em que trabalha; acatar as diretrizes dos Conselhos de classe; atender às exigências dos clientes; aperfeiçoar continuamente habilidades e conhecimentos exigidos pela atividade profissional: estudar sempre, fazer cursos, atualizar-se com novas tecnologias, publicar trabalhos, preparar apresentações nos seus respectivos departamentos, em congressos científicos etc.; trabalhar em fins de semana, sem opção de escolha; trabalhar sob condições adversas tais como: chuva, sol, altura, contaminações etc.; trabalhar doente fisicamente, vivenciando conflitos emocionais; acatar sem queixas públicas os comandos arbitrários de supervisores; acumular dinheiro, a fim de evitar privações na velhice; economizar e se privar de necessidades básicas, de modo a se bastar com salários miseráveis, mas essenciais; usar drogas ilícitas e autorizadas (tais como fumo e álcool), que criam dependência fisiológica, mas reduzem temporariamente estados corporais e sentimentos aversivos etc. Por outro lado, a maioria dos comportamentos de fuga-esquiva dão acesso a consequências reforçadoras positivas sociais generalizadas, tais como dinheiro, elogios, submissão dos pares e subalternos, visibilidade social (por ex., “Ele é doutor...”; “Ele tem uma fazenda...”; “Ele tem carro importado...”; “Ele mora em condomínio de alto padrão...”), promoções profissionais, títulos enganosos (por ex., professor paraninfo, operário padrão, marceneiro de talento, pedreiro caprichoso, carregador mais forte etc.). Vamos deixar claro: as consequências mencionadas têm o fenótipo de reforço positivo: podem ter função de produzir satisfação, autoconfiança, sentimentos de poder etc. (efeitos de *prazer* do reforço positivo), mas não são tais reforços que mantêm os comportamentos de trabalhar (não têm função de *fortalecimento* dos comportamentos). As consequências com fenótipo gratificante contribuem para manter a pessoa alienada de sua realidade. Nesse sentido, podemos concluir que:

- a. as contingências de reforçamento que vigoram no trabalho são essencialmente coercitivas;
- b. os comportamentos emitidos são quase exclusivamente de fuga-esquiva;
- c. os sentimentos que prevalecem são de ansiedade e de alívio;

d. os sentimentos de prazer, autoconfiança etc. são colaterais aos sentimentos aversivos; não são duradouros; criam ilusões de que se vive num esquema de reforçamento positivo. Às vezes, o trabalhador chega a dizer: “Sou um vencedor”; “Sou bem sucedido no meu trabalho”..., frases que emite sob controle dos reforços positivos aparentes; o trabalhador está alienado das reais condições sob as quais vive profissionalmente;

e. não sobra tempo para aprender a se comportar por contingências de reforçamento positivo (relativamente poucas pessoas têm consciência das condições aversivas sob as quais vivem e conseguem programar a vida, de modo a incluir reforços positivos no presente e na fase da aposentadoria!)

Comportar-se por fuga-esquiva abrange quase todo o repertório comportamental da pessoa, enquanto tem energia e saúde plenas. Exposto tal quadro melancólico e cruel, torna-se compreensível a solidão, a depressão, a falta de perspectiva, o aparecimento brusco de sintomas e doenças físicas e emocionais no aposentado. É comum a pessoa ter sonos intranquilos, invadidos por pesadelos associados ao contexto de trabalho, nos quais vivencia com sofrimento cenas de falhas, broncas dos supervisores, atrasos em reuniões, críticas a desempenhos etc. Com exceção de uma pequena parcela da população de trabalhadores – que se preparou *comportamentalmente* para a aposentadoria – os demais adoecem e morrem em poucos anos: infelizes, com sentimentos de inutilidade e de abandono por pares, amigos e parentes! *“No seu ensaio sobre a preguiça, Lafarque afirmava que nossos antepassados grego-latinos sabiam cultivar o ócio porque tinham tempo; e tinham tempo porque, escusado será dizer, havia escravos obrigados a trabalhar por eles. Hoje, não temos tempo nem escravos porque somos nós os escravos das nossas vidas. E quando nos vemos livres das correntes, nem sabemos o que fazer sem elas.”* (Coutinho, 2015). As decadências física e emocional do aposentado *não são causadas pela velhice*: o corpo aguentaria muita vida útil e satisfatória. Tal decadência deve-se às drásticas mudanças nas contingências de reforçamento: antes a pessoa não podia se comportar sob controle de reforçamento positivo: vivia da esperança de chegar à utopia da paz na aposentadoria; agora aposentado não tem repertório comportamental para produzir reforços positivos: continua se comportando por fuga-esquiva. Se acumulou, não gasta porque pode precisar; se não acumulou, se priva de quase tudo para não passar necessidade do básico... Não há esperança, só desamparo!

Em suma, tamanha diversidade de comportamentos de fuga-esquiva, padrões comportamentais produzidos por diversos esquemas de reforçamento positivo, variabilidade e estereotipia comportamentais, resistência às mudanças, tolerância à frustração, sentimentos de autoconfiança, de autoestima, de responsabilidade,

sentimentos de ansiedade, de frustração, de satisfação etc. não só torna cada pessoa um ser particular, como as torna muito diferentes entre si. Compreende-se a dificuldade do trabalho do terapeuta!

5. Outra característica que compõe o repertório comportamental padrão do cliente é pequena variabilidade nas classes comportamentais categorizadas como problemáticas. Tende a repetir as mesmas queixas, a se lamentar delas sem se mover para uma vida diferente, a relatar as mesmas dificuldades, a se mostrar indiferente às análises e sugestões de procedimentos do terapeuta. O cliente é, quase sempre, insensível às contingências de reforçamento disponíveis no ambiente (não experimenta novas alternativas) e às consequências produzidas por seus comportamentos (é indiferente a elas). Tais limitações se dão basicamente porque os comportamentos do cliente são:
 - a. governados por regras que foram instaladas e mantidas por consequências advindas do agente que formulou as regras (fala-se em *pliance* ou aquiescência);
 - b. governados por autorregras, ou seja, regras formuladas pelo próprio cliente a partir de suas interpretações – neste caso, supersticiosas ou disfuncionais – sobre o funcionamento das contingências de reforçamento em operação; as identifica e as descreve de forma equivocada;
 - c. mantidos por funções idiossincráticas atribuídas aos componentes da tríplice contingência, instaladas de forma supersticiosa ou por história atípica de contato com contingências de reforçamento. Assim, por exemplo, atribui a determinado evento ou estímulo, que no grupo social a que pertence tem predominantemente função de SD, função de S pré-aversivo; atribui a evento ou estímulo, que usualmente tem função de Sr+, a função de S aversivo;
 - d. mantidos por reforçamento negativo, compostos essencialmente por comportamentos de esquiva, os quais se mantêm sem testar a realidade e podem estar sendo mantidos por evitação supersticiosa de eventos aversivos imaginados: não são realmente aversivos ou nem ocorrerão se o comportamento de esquiva deixar de ser emitido;
 - e. instalados e mantidos por contingências matriciais, as quais, geralmente, incluem todas as quatro alternativas anteriores.

A estereotipia comportamental, não se generaliza, necessariamente, para outras classes comportamentais diferentes daquelas da queixa. No entanto, se ocorre variabilidade comportamental, e até admirável criatividade, a dificuldade do cliente ainda aí pode se manifestar (e isso usualmente ocorre) na forma de não reconhecer

as qualidades dos comportamentos, que lhe são atribuídas pela comunidade socioverbal, e por se mostrar indiferente a elogios e outras manifestações de reconhecimento vindos de outrem (um exemplo real, claro, do presente argumento foi a vida de Kafka).

6. As queixas mais comuns são de fobias específicas, que podem se intensificar e ganhar classificação de “doença do pânico”; isolamento social: dificuldades para iniciar e manter interações interpessoais; excessiva preocupação com a avaliação que outras pessoas fazem (ou ela imagina que façam) dela; ausência generalizada de prazer; preocupação excessiva com o futuro; medo de doença e morte; estado crônico de depressão (às vezes, tal depressão se expressa pelo relato verbal: “Sinto-me deprimido”, mas a pessoa não perde eficiência nos desempenhos sociais ou em determinadas atividades da rotina cotidiana, de tal maneira que as pessoas próximas duvidam que esteja realmente deprimida); excesso de sentimentos de culpa; sentimentos de autoestima e de autoconfiança rebaixados; predominância de padrões comportamentais de fuga-esquiva; total desdém pela vida; descrença generalizada; apatia existencial e alienação com os eventos do dia a dia; dependência excessiva de determinadas pessoas, tais como mãe, esposa, marido, algum conselheiro religioso, médico etc.; dificuldades na área afetiva em geral: são pessoas solitárias, isoladas – exceto de alguém da família, eleito como referência afetiva ou como fonte de orientação sobre maneiras de se comportar cotidianamente, com quem mantém intensa relação, mas sem, necessariamente, constituir uma interação com característica harmoniosa: ocorrem discussões, desentendimentos, conflitos. Nas relações com pessoas da intimidade familiar (cônjuge, mãe, irmão etc.) ocorre uma dependência conflitual excessiva: por um lado, espera apoio, compreensão, orientação – que nunca o satisfazem – e, por outro, não aceita que ninguém interfira nas suas ações, nem mesmo naquelas descabidas. São frequentes cobranças, discussões, desentendimentos, conflitos, solicitações, recusas... Se o contexto é punitivo, tais padrões comportamentais, ou seus equivalentes, são emitidos de forma encoberta e só aparecem publicamente comportamentos disfuncionais que são aceitos socialmente, em geral sob rótulos psiquiátricos, tais como: depressão, transtorno bipolar, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, personalidade esquizóide etc. Adotar um rótulo médico para as dificuldades afetivas comportamentais pode ser comportamento de fuga-esquiva. Uma particularidade comportamental notável são os fenótipos das relações socioafetivas. O cliente se relaciona com as pessoas do ambiente cotidiano como linhas quase paralelas, as quais esporadicamente se tocam: vive próximo das pessoas com quem trabalha ou estuda, como se não existissem, porém reage desproporcionalmente a determinadas ações do outro, dando uma importância dramática ao que o outro lhe disse, fez ou deixou de fazer. Em geral, tais reações produzem conflitos, discussões acaloradas,

opressões eventuais, mágoa excessiva, desprezo, rompimento da interação social. Caberia aqui uma metáfora: assemelha-se à relação entre a mariposa com fototropismo e uma lâmpada acesa. É comum tais clientes apresentarem “filosofia de vida” elaborada, porém inconsistente e repleta de silogismos – usualmente uma construção verbal com função de fuga-esquiva, que protege a pessoa de estabelecer um genuíno vínculo com sua realidade social, afetiva, vocacional, lúdica, fisiológica etc. –, à qual se conecta de forma tão radical e intensa, que qualquer argumento que a questione funciona como um estímulo pré-aversivo, do qual a pessoa se esquiva ratificando, ampliando... sua enraizada concepção de vida. São fundamentalistas de seus próprios devaneios!

7. Não seria demais repetir que uma característica básica do padrão das pessoas nas quais foram instalados padrões comportamentais por contingências matriciais é que evidências *empíricas* não mudam as crenças. Vivem numa *realidade inventada* por eles próprios: acreditam no que não existe com tal convicção que negam o que existe. Em palavras mais explícitas, quer seja levando a pessoa a experimentar vivencialmente novas CR, quer seja argumentando sobre a impropriedade de algumas crenças e de algum comportamento de evitação, *a pessoa não altera o que pensa, o que sente e o que faz*. Há clara oposição a novas experiências: “Não vou”; “Não vejo sentido em tentar”; “Você sabe como penso; não vou mudar!” etc. Se, porém, ocorrem tentativas de mudanças de rotina, são comuns comentários desabonadores: “Não gostei”; “Não valeu a pena”; “Não me senti bem” etc. Os comportamentos do terapeuta são punidos ou colocados em extinção. As tentativas de criar condições para o cliente entrar em contato com outras pessoas, frequentar ambientes diferentes, se engajar em atividades novas com o objetivo de mudar as funções dos eventos (torná-los menos aversivos ou até mesmo virem a ter função reforçadora positiva) são, comumente, frustradas. Não é prática terapêutica recomendável insistir verbalmente. O cliente revela uma tendência a reafirmar as próprias convicções, mesmo diante de novas evidências. Assim, faz afirmações, tais como: “Meu pai detonou minha vida! É simulado! Insiste que quer me ajudar, mas arma ciladas para me afundar ainda mais.” Tal convicção é permanentemente insensível a argumentos de que o pai tem dado exemplos confiáveis de que quer ajudá-lo... Evidências de que tais afirmações do cliente são, provavelmente, injustas conduzem à análise de que ele tem déficits em várias áreas de seu repertório comportamental (vocacional, afetiva, acadêmica, social), manifesta baixa tolerância à frustração, tem tido acesso livre a privilégios, apresenta pouca responsabilidade, tem baixas autoestima e autoconfiança. Ainda além, “As garotas são fúteis e só pensam em sexo; não querem um cara como eu” (ou seja, “Eu sou muito mais legal que os demais – responsável e disposto a iniciar um relacionamento afetivo estável – e não é isso que elas procuram”). Na verdade, tal codificação arbitrária e

generalizada que o cliente faz das mulheres visa a protegê-lo de sua baixa autoestima, de déficits de comportamentos de interação com o sexo oposto e justificam exagerada intolerância com as diferenças entre pessoas e o autorizam a punir qualquer comportamento do outro que não se encaixe com aquilo que ele acha certo... A insensibilidade do cliente a mudanças, mesmo quando exposto ao contato com novas evidências empíricas, torna a tarefa do terapeuta um processo quase insuperável: as funções aversivas que os eventos têm para o cliente se mantêm inalteradas, a partir de crenças; não sob controle de evidências empíricas!

O presente texto até este ponto atribuiu aos PCM e as CRM um enfoque clinicamente indesejado. Não se deve concluir, no entanto, que todos os PCM são aversivos para as pessoas que os apresentam, nem para o núcleo social a que pertencem. Há PCM que são considerados desejados e a sua manutenção por contingências de reforçamento coercitivas não constitui um problema, pois o sofrimento em tais casos é valorizado. Pense, por exemplo, numa pessoa que se torna adepta de uma seita, a qual se serve de conceitos religiosos para controlar os comportamentos dos seguidores: pode-se exigir dela sacrifícios físicos, sofrimentos e privações impostos, renúncias... tudo será feito sem hesitações! Mudam-se os reforçadores, mudam-se os hábitos, mudam-se as crenças que caracterizam sua vida... e a pessoa dirá que todas as mudanças são opções desejadas por ela, insensível a comentários, avaliações, reprimendas etc. vindos de pessoas que não pertencem àquela seita específica... Tais exemplos deixam claro, então, que a patologia comportamental dos PCM (bem como das CRM que lhes deram origem) é determinada por critérios arbitrários, bem como é arbitrária a classificação dos PCM (bem como das CRM que lhes deram origem) como indesejados.

Não se deve pensar que os PCM são necessariamente manifestações públicas e bizarras de comportamentos, as quais levam pessoas da convivência do cliente a rotulá-lo de esquisito, problemático etc. Tais formas de expressão comportamental podem ocorrer, mas os PCM se apresentam, em geral, com componentes encobertos que não são alardeados e, como tal, podem passar despercebidos pelos que cercam a pessoa. Chamam-no de quieto, sisudo, introspectivo etc. Tais termos, provavelmente, se referem a pessoas com comportamentos obsessivos (encobertos) ou padrões de preocupação exagerada (“Será que vai dar tudo certo?”; “Não posso me esquecer de nenhum detalhe... no trabalho”; “Será que vou perder hora?”; “Qual será o futuro dos meus filhos?”; “Como será minha velhice?”; “E se eu perder o meu emprego?”; “Será que vai faltar água? Há tanto tempo que não chove!”; “O ser humano é uma aberração da natureza” etc.), que por certo marginalizam a pessoa da convivência social (ela está no grupo, mas sente-se só) e dos eventos do dia a dia – bons e maus –, pois vive mais sob controle dos pensamentos (que são quase exclusivamente aversivos) e se comporta

muito pouco sob controle do ambiente externo a ela. É de se esperar que uma pessoa com tais características comportamentais acabe se revelando publicamente com comportamentos de isolamento social, com apatia em relação ao mundo ao seu redor etc. Embora o mundo comportamental dessa pessoa seja essencialmente encoberto, ela acaba se revelando publicamente. Pessoas com tais dificuldades são, frequentemente, marginalizadas pelo outro: “Ele está sempre isolado; não gosta de vida social...”; “Não adianta convidá-lo para nenhum programa, sua resposta é sempre negativa”; “Esse cara é esquisito” etc.

Conclusões preliminares

As contingências de reforçamento matriciais não compõem um conjunto inter-relacionado, específico, de CR. Como tal, identificá-las é tarefa que exige atenta observação e elaborada sistematização da rede de CR que atuaram e atuam com a pessoa. Pode-se dizer que, para cada caso, as contingências de reforçamento matriciais têm um desenho próprio.

O ponto de partida do trabalho terapêutico é identificar os padrões comportamentais de reforçamento matriciais (PCM), cujas características foram alinhavadas na seção anterior. A partir da identificação de tais padrões comportamentais, o terapeuta deve pesquisar as CR da história de desenvolvimento da pessoa e as CR atuais que instalaram e vêm mantendo os comportamentos-problema. Os PCM são pouco sensíveis à introdução de novas CR feita pelo terapeuta. Pode ser ingênuo atribuir função causal a consequências, em geral sociais, com fenótipo de reforço positivo, simplesmente porque seguem-se determinados comportamentos. O cliente pode estar alheio a elas, enquanto eventos encobertos (regras, por exemplo) ou funções reforçadoras e aversivas de estímulos antecedentes e consequentes incomuns (produzidas por história de contingências muito particulares) podem estar regulando comportamentos e sentimentos daquele cliente específico. Convém lembrar que o terapeuta está diante de *produtos comportamentais* (as queixas do cliente) e ainda não desvendou o *processo* comportamental (as ações das contingências de comportamento passadas e atuais que geraram tal produto). Ainda está por ser respondida a pergunta: o que vem mantendo os padrões comportamentais do cliente? O foco do terapeuta deve ser o *processo*; não o *produto*!

Conclusão: a afirmação prematura de relações funcionais pode levar a procedimentos equivocados. Os padrões comportamentais matriciais podem estar sendo mantidos por regras disfuncionais se consideradas no contexto de vida presente do cliente, mas foram instalados no passado como comportamentos de esquiva

funcionais emitidos num contexto social hostil (um pai exageradamente punitivo, por exemplo). A partir dessa relação coercitiva o cliente pode ter elaborado uma autorregra disfuncional por conter uma generalização indevida, tal como: “Pessoas são aversivas, perigosas, punitivas e, como tal, devem ser evitadas”. Elaborada dessa maneira, ela peca por se referir a pessoas em geral. Seria mais apropriada se formulada como: “*Algumas pessoas* são aversivas, perigosas, punitivas como meu pai e estas devem ser evitadas”; ou “Meu pai tem comportamentos aversivos, perigosos, punitivos e devo evitá-lo”. O terapeuta deve, até este ponto, se ater a identificar de que contingências os comportamentos do cliente são função. Assim, antes de consequenciar tal autorregra, o terapeuta deve focar, em suas análises e intervenções, nas seguintes áreas:

1. *História de contingências de reforçamento que deu origem aos PCM.* Assim, por exemplo, um sujeito experimental (pombo A) pode apresentar um desempenho de bicar o disco que resulta num gráfico de registro acumulado semelhante ao de outro sujeito experimental pombo B. Numa segunda fase do procedimento, há uma alteração: as três primeiras respostas de bicar produzem um choque elétrico aversivo. As curvas de respostas, a partir dos choques, mostram diferenças acentuadas: o pombo A *augmenta* a frequência de bicadas; enquanto o pombo B *diminui* a frequência de respostas. A que se pode atribuir diferenças tão extremas? À história de CR de ambos: o pombo A vinha se comportando num esquema de esquiva de choque elétrico aversivo. O aparecimento do choque livre aumenta a emissão da resposta de esquiva. O pombo B vinha se comportando num esquema de reforçamento positivo intermitente de VI. A introdução do choque deu início a procedimento de punição e, como resultado, diminuiu a frequência da resposta punida. Há inúmeros estudos experimentais que revelam a importância da história de contingências de reforçamento. Assim, por exemplo, Guilhardi e Church (2006) treinaram ratos em procedimento de discriminação temporal por 30 sessões. Os sujeitos experimentais foram depois submetidos à extinção por 120 sessões. A taxa de respostas reduziu de 120 respostas por minuto para menos de uma resposta por minuto. O padrão de responder, no entanto, ainda mostrou sinais de que a discriminação temporal não foi eliminada (ou seja, o padrão comportamental não voltou ao nível operante – padrão de emissão de respostas anterior a qualquer condicionamento –, mas manteve o padrão comportamental discriminativo).

2. *Interações entre contingências de reforçamento que estão operando simultaneamente no presente.* Assim, qualquer padrão comportamental apresentado pelo cliente é produto das influências recíprocas de múltiplas CR que interagem entre si. Destacar uma única CR como aquela que deve ser analisada e sobre a qual se deve implementar mudanças é uma decisão arbitrária e de alcance restrito. A análise e a intervenção do terapeuta devem privilegiar a *inter-relação* entre contingências de reforçamento. Considere, por exemplo, a seguinte situação: uma pessoa que foi exposta

a CR fortemente coercitivas apresentadas pelo pai, e cuja mãe enfrentava o marido em defesa do filho, será comportamental e afetivamente diferente daquela cujo pai usava CR coercitivas – análogas ao da primeira condição –, mas tinha uma mãe submissa ao marido e que o apoiava, indiferente aos sofrimentos do filho. Note que estou explicitando apenas *duas fontes* de várias contingências de reforçamento... há muitas mais! As interações entre CR são influenciadas pela história de contingências; como tal, o terapeuta precisa integrar as informações deste item com aquelas do item 1, no parágrafo anterior.

3. *Identificação dos parâmetros das variáveis que compõem as contingências de reforçamento em operação.* O terapeuta não deve lidar com contingências de reforçamento (que é um conceito), mas com os valores (parâmetros) de cada componente das contingências de reforçamento, que são as variáveis que produzem comportamentos. Assim, não é suficiente afirmar que prevalecem “contingências de reforçamento positivo”, pois instalar uma resposta simples, usando reforçamento positivo, exige menos variações nos procedimentos do que instalar uma resposta complexa usando contingências de reforçamento com a mesma denominação. De maneira análoga, não basta afirmar que o cliente esteve exposto a “procedimentos de punição”, pois diferentes procedimentos de punição geram diferentes produtos comportamentais. Assim, Skinner (1938) conduziu um experimento usando dois grupos de quatro ratos cada, os quais não tinham experiência prévia com um “tapa” vindo da barra (um sistema eletro-mecânico podia ser acionado, de tal forma que, ao ser pressionada, a barra voltava de forma brusca e intensa dando um “tapa” nas patas do rato. O “tapa” foi considerado o *estímulo reforçador negativo*: termo técnico para definir um evento aversivo). Vou me deter na descrição do Experimento II (a pesquisa envolveu dois experimentos), no qual a punição (pressão à barra → “tapa”) foi breve. Os dois grupos foram submetidos a idêntico procedimento de reforçamento positivo intermitente durante três sessões (as quais tinham duração de uma hora). Nos dois dias seguintes, todos os sujeitos experimentais foram expostos a sessões de extinção com duração de duas horas em cada dia (ou seja, foram expostos a 4 horas de extinção). No primeiro grupo, todas as respostas emitidas durante os primeiros 10 minutos da primeira sessão (ou seja, por um período breve se comparado com outros estudos experimentais de punição, nos quais todas as respostas emitidas em sucessivas sessões produziram choque) foram punidas com o “tapa” (estímulo aversivo relativamente brando, se comparado com choque elétrico intenso). Os resultados mostraram que o efeito do “tapa” foi reduzir a frequência de respostas, mas ocorreu uma recuperação completa da frequência quando o reforço negativo foi interrompido. No final do segundo dia, os dois grupos tinham emitido praticamente o mesmo número de respostas. A conclusão foi que houve uma supressão temporária de respostas, mas elas

voltaram a ocorrer, de modo comparável ao do grupo não punido, sem reforço positivo (note que a avaliação da punição foi feita durante extinção). Ver curva abaixo:

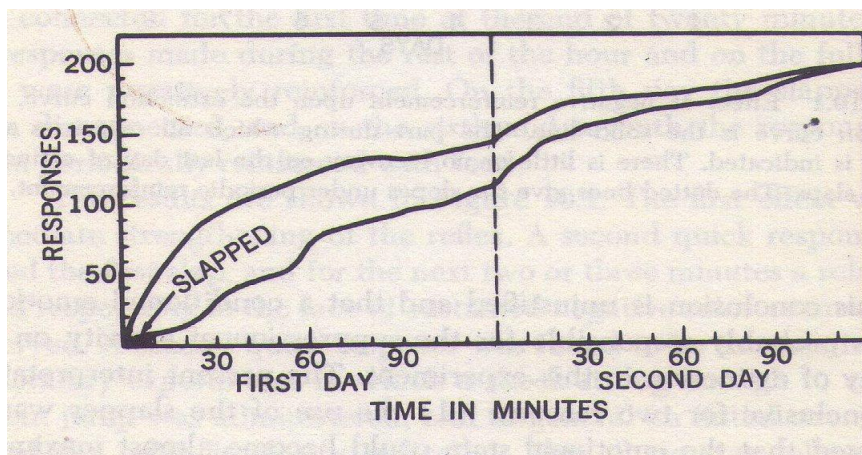


Figura 1. Efeito de punição (apresentação de um estímulo aversivo contingente à resposta) durante extinção. As duas curvas são de grupos quatro ratos com a mesma história experimental. Todas as respostas emitidas por um grupo durante os primeiros 10 min durante extinção receberam um “tapa”. A frequência de respostas neste grupo diminuiu por algum tempo, mas finalmente ocorreu completa recuperação.

A conclusão de Skinner, amplamente divulgada e aceita sem levar em conta as limitações experimentais em que se baseou, peca pela generalização. Outros estudos experimentais demonstraram que a punição pode enfraquecer duradouramente o comportamento punido.

Boe e Church (1967) demonstraram os efeitos permanentes da punição durante extinção. Os sujeitos experimentais (ratos) foram expostos a esquemas intermitentes de reforçamento FI 4min durante três sessões de 60 min. O procedimento experimental propriamente dito começou na sessão seguinte e continuou por nove sessões de 60 min. Durante os minutos 5 a 20 da primeira sessão de extinção (note que o procedimento de punição é introduzido durante a extinção, a fim de não confundir a influência do reforçamento durante a fase de punição), as pressões à barra produziam um choque elétrico apresentado da seguinte maneira: durante a fase de punição, que durava 15 min, o estimulador que liberava o choque era zerado a cada 30 seg e a próxima resposta era punida (tal procedimento de punição foi usado apenas na primeira sessão de extinção). Desta maneira, o número máximo de choques que poderia ser dado em cada sujeito era 30 (dois em cada minuto), desde que ele respondesse suficientemente. Completadas as nove sessões de extinção, foram realizadas três sessões de retreino (isto é, foi reintroduzido o esquema de reforçamento positivo FI 4min) com duração de uma hora cada. Na primeira sessão de recondição, as cinco primeiras respostas

foram reforçadas com uma pelota de alimento; este breve período de reforçamento contínuo visava a fortalecer a resposta, que havia sido submetida a extinção e punição nas nove sessões precedentes; daí por diante foi reintroduzido o esquema FI 4 min. Os sujeitos foram divididos em seis grupos, tratados de maneira idêntica, exceto pela intensidade do choque, a qual teve as seguintes voltagens (mantidas fixas para o mesmo grupo em todas as fases do experimento): 0 (controle), 35, 50, 75, 120 e 220 volts.) com duração de 0,1 seg. O choque mais suave (35 v) era tão somente suficiente para eliciar uma resposta incondicional levemente identificável, conforme verificado em animais usados no estudo piloto, que foram estimulados com choque não contingente. A voltagem 220 v eliciava uma resposta incondicional forte. O limiar de aversão para ratos em condições análogas às deste estudo é de 30 v (Campbell e Teghtsoomian, 1958).

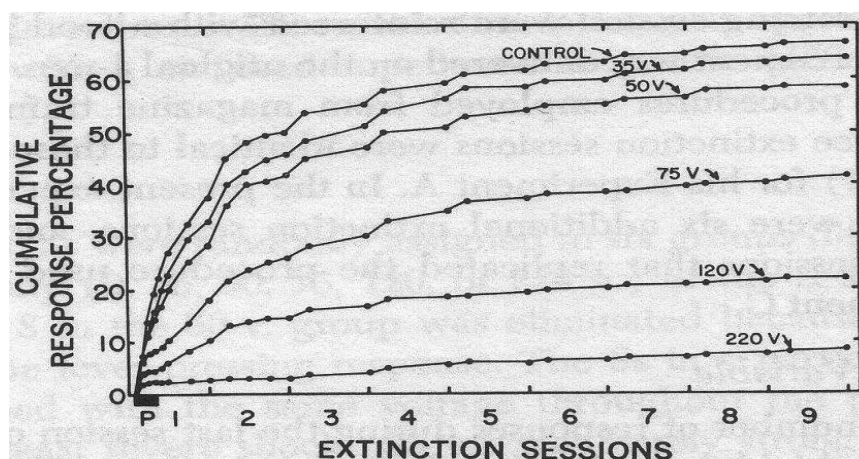


Figura 2. Porcentagens médias (dos 10 sujeitos de cada grupo) das respostas acumuladas durante extinção. (Punição indicada na Fig. por P, foi contingente a pressão a barra durante os minutos 15 a 20 da primeira sessão de extinção, produzido pela primeira resposta a cada 30 seg).

Ficou claro que houve um decréscimo *imediate* de responder (isto é, durante o período de punição) e *permanente* (isto é, durante as nove sessões de punição), sendo que a grandeza do decréscimo dependeu da intensidade da punição. Embora a frequência da resposta tenha aumentado um pouco com a interrupção da punição nos três grupos que receberam punição mais intensa, não houve evidência de *recuperação compensatória* (este termo é usado para se referir a fenômeno comportamental observado em alguns estudos experimentais – por exemplo, no estudo citado de Skinner (1938) – em que os sujeitos experimentais que foram expostos à punição emitem mais respostas do que os sujeitos não expostos à punição, nas sessões de extinção que ocorrem após a punição e, desta maneira, compensam o menor número de respostas emitido durante a fase de punição).

Boe e Church (1967, p. 180) assim sumarizaram os resultados de seus experimentos (no presente texto apresentaremos apenas o experimento 1; foram realizados dois experimentos no estudo experimental completo):

“A resposta da pressão a barra emitida por ratos foi punida em um esquema intermitente com choques breves durante um período de 15 mi. no início do procedimento de extinção. No experimento 1, o total de respostas durante tanto o período de punição, quanto no decurso total da extinção foram uma função decrescente exponencial da intensidade da punição [quanto mais intenso o choque, menor o número respostas emitido]. No experimento 2 [que não foi apresentado neste resumo] punição (choque apresentado contingente à resposta) suprimiu a frequência de respostas mais que choques não contingentes durante um breve período de punição e durante as sessões de extinção subsequentes. Em ambos os experimentos, punição produziu uma redução permanente no número de respostas ao invés de deprimir apenas temporariamente a frequência de respostas (grifos adicionados).” Os autores comentaram ainda: “A discrepância entre os presentes resultados e os apresentados por Skinner (1938), talvez, possa ser reconciliada com base nas diferenças de intensidade do estímulo usado na punição. Os estímulos usados por Skinner (um ‘tapa’ da barra nas patas do animal, combinado com ‘som razoavelmente alto’, produzido pelo brusco movimento da barra) podem ter sido mais suaves que a intensidade mais baixa usada no presente experimento, uma vez que uma frequência de respostas moderada foi mantida, a despeito do fato que cada resposta foi seguida pelo estímulo. A recuperação compensatória, talvez só ocorra quando respostas são seguidas por estímulos que servem para mudar a estimulação do contexto (isto é, inibidores externos), mas que não são estímulos aversivos (punitivos).”

Os produtos comportamentais dos procedimentos usados (isto é, das contingências de reforçamento em operação), no entanto, são influenciados por outras CR operando simultaneamente (item 2 acima), bem como pela história de contingências da pessoa (item 1 acima). Conclui-se, então, que os três itens sistematizados nesta seção se influenciam reciprocamente; não há como considerar isoladamente um deles, minimizando a influência dos demais. Tal é o desafio do terapeuta: integrar todas as informações funcionalmente significativas na análise e na intervenção que faz.

4. *Interações entre comportamentos selecionados pelas consequências e comportamentos governados por regras.* Skinner (1999, p. 187) afirmou que as contingências de reforçamento selecionam comportamentos, quer se tenha ou não consciência delas. A comunidade verbal tem a possibilidade de levar o indivíduo a identificar e a descrever tais contingências de reforçamento, de modo que, a partir daí, a pessoa está apta para observar seu próprio comportamento e descrever as condições das quais ele é função. Diz-se que está consciente de *como* e *porque* se comporta. As descrições de contingências de reforçamento são denominadas de *regras*. As regras podem ser descrições confiáveis das contingências de reforçamento, quando descrevem precisamente relações funcionais entre comportamentos e ambientes. Assim, as leis formuladas pela Ciência em geral podem ser consideradas descrições precisas (não obstante limitadas pelo alcance do método científico) e, como tal, confiáveis até que sejam explicitadas suas limitações. Mas as regras podem ser disfuncionais, ou seja, podem estar descrevendo relações espúrias, supersticiosas ou arbitrárias entre comportamento e ambiente e, como tal, induzem a erros. Muitas (e, infelizmente, são muitas mesmo) regras que governam os comportamentos humanos na rotina cotidiana são disfuncionais. Assim, por exemplo: “Comer manga e tomar leite vai causar cólicas...”; “Os mais velhos devem ser respeitados porque a experiência de vida lhes dá sabedoria”; “Os pais sempre querem o melhor para seus filhos”; “Devemos fazer qualquer sacrifício pelo nosso país” etc. são alguns exemplos de regras que *induzem a erros* e *à alienação* da pessoa que se deixa governar por eles. As regras podem vir a exercer a função de antecedente na tríplice contingência e, como tal, controlar a emissão de comportamentos. O que controla o comportamento de seguir regras? O comportamento do ouvinte pode ser da classe denominada *aquiescência (pliance)* ou por controle instrucional, na qual o comportamento de seguir a regra é mantido pelas consequências liberadas por quem emite a regra (Matos, 2001; Albuquerque e Paracampo, 2005). A maior restrição que se pode fazer a tal classe de comportamento é que a pessoa não entra em contato com as consequências reais explicitadas pela regra ou se limita ao controle verbal (as consequências são sociais e arbitrárias que emanam do agente de controle). Tal perigo é acentuado em determinadas condições. Assim, um comportamento governado por regras, que são enunciadas por uma comunidade religiosa, apoiadas nos princípios que sustentam o arcabouço das crenças baseadas na fé de tal grupo, terá maior força (será mais resistente à extinção) e terá menor probabilidade de apresentar variabilidade, do que comportamento governado por regras enunciadas por uma pessoa que tenha menor credibilidade do que líder o religioso, seja ela um familiar, um professor, um amigo sem fé! O *Homo sapiens*, provavelmente sob influência de alguma mutação gênica há cerca de 70 mil anos, passou a acreditar naquilo que não existe empiricamente (Harari, 2015). A partir de então, os seres humanos deixaram de se comportar sob influência exclusiva de eventos

ambientais naturais e passaram a se comportar sob controle de eventos inventados e, como tal, não testáveis empiricamente. Pessoas que têm comportamentos basicamente controlados por regra disfuncionais, pode-se concluir, são pouco sensíveis a controles empíricos que questionam ou se opõem às regras que regulam os comportamentos delas. Não são em todas as condições, porém, que as regras podem levar a tal perigo. O comportamento de seguir regras pode ser mantido pelas consequências reais enunciadas nelas. Trata-se de uma classe de comportamentos de seguir regras denominada de *rastreamento (traking)* ou por controle colateral (Matos, 2001; Albuquerque e Paracampo, 2005). Neste caso, a pessoa é levada a testar se há consistência entre as consequências enunciadas na regra e as consequências empíricas encontradas. Se houver consistência, a pessoa pode se comportar sob controle da regra, ter seu comportamento selecionado pelas consequências ou por ambas as influências: do antecedente (regra) ou do consequente (efeito empírico). A regra, porém, submetida ao teste empírico, pode se mostrar disfuncional. Neste caso, a pessoa pode abandonar o controle exercido pela regra e ter seu comportamento selecionado pelas consequências reais com as quais entrou em contato. Nem sempre, porém, o resultado é esse. Mesmo diante da evidência empírica, a pessoa pode manter-se sob controle da regra – que foi testada e se mostrou disfuncional: desdenha a consequência empírica e se apega, sem se deixar influenciar por qualquer discussão, à regra. Se necessário acrescenta um adendo a ela, de tal maneira a preservá-la imune ao teste empírico. Assim, por exemplo, “Todas as mães fazem o melhor pelos seus filhos” pode controlar o comportamento do cliente de se opor a análises do terapeuta de que viveu – na relação familiar – sob forte controle coercitivo. Mesmo exposto a descrições do uso de controle aversivo pela mãe ele dirá: “Minha mãe tinha personalidade forte; se impunha para o bem dos filhos...” Pode-se concluir que o contato com as reais consequências é uma *possível* maneira de enfraquecer o poder de uma regra disfuncional; muitas vezes, porém, tal contato é irrelevante!

O terapeuta deve estar atento aos controles que governam o comportamento do cliente. Cabem-lhe dois papéis:

- a. levar o cliente a testar empiricamente a regra (emitir comportamento de *traking*);
- b. colocar os comportamentos do cliente sob controle de regras funcionais, possíveis de serem testadas empiricamente. Os PCM em geral são compostos por regras disfuncionais e o cliente resiste a testá-los – prevalecem os comportamentos de esquiva ou sob controle do agente que formulou a regra. Ou seja, faz parte da CM o controle dos comportamentos da pessoa por regras disfuncionais. Soma-se ao controle do comportamento por regras, a influência de autorregras – aquelas formuladas pela própria pessoa – a partir de processos comportamentais de

generalização e de equivalência de estímulos. Assim, por exemplo, “Se uma pessoa mais velha é mais sábia que eu, então ela pode e deve exercer sobre mim um controle influente; submeto-me, assim, à autoridade dela.” Está implícita na regra a equivalência entre velhice e sabedoria; também sabedoria equivale a autoridade (a ser seguida, obedecida etc.). A regra original, assim como foi formulada, pode levar adicionalmente à submissão a um líder religioso, também a partir de uma relação de equivalência. “O líder religioso é mais sábio que eu; logo devo acatar sua autoridade... independentemente de sua idade.”

Como conclusão: há alguns pré-requisitos essenciais ao terapeuta que se propõe a lidar com PCM e com CM: conhecer profundamente a Análise Experimental e a Análise Aplicada do Comportamento; conhecer profundamente o Behaviorismo Radical; ficar o tempo todo sob controle de dados comportamentais; utilizar procedimentos comportamentais experimentalmente testados: relacionar todos os comportamentos terapêuticos de forma consistente com os conceitos da Análise do Comportamento; apresentar variabilidade comportamental, introduzindo procedimentos inovadores, compatíveis com o paradigma comportamental; fazer análise de contingências de reforçamento (Sidman, 2011, p. 104); ser sensível às contingências de reforçamento que estão regendo as interações cliente-terapeuta; ser flexível com as regras que costumam pastorear as ações terapêuticas; ser sensível às consequências selecionadoras vindas do cliente!

Há limites para o terapeuta influenciar o cliente. Enquanto o estudo de Solomon *et al.* (1953) ilustrou manipulações variadas e extremas (atualmente, tal experimento não receberia aprovação da comissão de ética para realização de pesquisas que envolvam o uso de estimulação aversiva extrema com os sujeitos experimentais) de variáveis, visando ao enfraquecimento da resposta de esquiva, tal nível de autonomia não seria nem sequer imaginável num estudo clínico com humanos. Assim, um jovem de 23 anos expôs a família a contingências matriciais de uma maneira muito peculiar. Os pais relataram que “desde pequeno ele só fazia o que queria”...:

“Sempre foi muito determinado”, dizia a mãe “Acreditávamos que era a sua personalidade e não queríamos interferir e prejudicá-lo”, acrescentou “Não víamos, porém, maiores problemas porque ele ia bem... Era bom aluno, não dava muitas preocupações...”, completou o pai. “Agora vivemos um drama que se prolonga há dois ou mais anos!”, prosseguiram. “Desistiu da Faculdade, não sai de casa para nada, se afastou totalmente dos amigos... Atualmente, não atende ninguém no telefone. Repete o tempo todo que quer se matar. Que é só questão de tempo. Afirma que a vida não tem sentido: – Para que viver? Recusa-se

a se tratar. – Tratar o que? Não sou doente! Repete toda vez que sugerimos um médico. Não aceita tomar remédios. Atualmente, vivemos numa prisão em nosso apartamento... O pior é que moramos no 12º andar. Pusemos grade em tudo... Fazemos um contínuo revezamento: - Eu [a mãe] fico sempre em casa. Durmo nas horas em que o irmão, dois anos mais novo, ou o pai está em casa. Nunca fica sozinho. Vinte e quatro horas por dia de vigilância. Sempre está alguém acordado, acompanhando cada passo, cada gesto...”

Os pais não aceitam interná-lo, pois não confiam nos recursos médicos para o caso do filho e porque não acreditam que haja alguma Instituição na qual cuidarão dele com o zelo que lhe dedicam em casa...

Fica a questão: o que fazer?

O outro lado

As ações terapêuticas podem mudar ações, não necessariamente sentimentos. O fenômeno comportamental envolve, *indissociavelmente*, agir (ao que usualmente se denomina comportar-se) e sentir (ao que se refere como sentimento), ou seja, há interação inseparável entre componentes operantes e respondentes. Conclui-se que não basta mudar apenas ações. Por exemplo, uma pessoa com dificuldades para estabelecer e manter interações sociais pode adquirir o repertório de frequentar ambientes sociais, tomar iniciativas para conversar, participar de atividades com outras pessoas da sua convivência etc., porém não se sentir bem, nem à vontade em tais atividades. Pode estar o tempo todo dizendo para si mesmo: “Detesto estas atividades”; “Não vejo a hora de ir embora”; “Preferiria estar em casa fazendo minhas coisas” etc. Não se pode dizer, numa condição tal como esta, que o processo terapêutico foi um sucesso e cabe questionar a abrangência dos resultados.

O conhecimento conceitual e os procedimentos desenvolvidos pela Análise do Comportamento para lidar com agir e sentir deram um passo significativo na direção de aumentar o conhecimento sobre a natureza humana, porém ainda falta muito. A pesquisa na Análise do Comportamento nos últimos anos teve avanços relevantes em duas áreas particularmente: comportamento verbal e equivalência de estímulos. No entanto, tais avanços não contemplam a ampla gama de comportamentos humanos complexos. Pesquisa-se mais do mesmo. Falta um salto qualitativo. Ele virá, afirmarão os estudiosos, mas o horizonte está embaçado. Não se pode, por ora, ver muito além.

A espécie humana foi selecionada enquanto *organismo* (respiramos oxigênio, nos alimentamos com proteínas, lipídeos, carboidratos etc., nos hidratamos com água, eliminamos os subprodutos do que consumimos etc.) e enquanto *organismo que se*

comporta de formas específicas em dadas situações particulares (respondentes) e com *imensa variabilidade* em situações que estão em constante mudança (operantes e respondentes condicionados). O comportamento verbal e tudo que dele deriva: interação através da mediação de outro ser humano (e não apenas através de uma ação mecânica e direta sobre o ambiente), o autoconhecimento, o raciocínio lógico, o controle do comportamento pelo governo de regras, a elaboração de autorregras etc. foram uma aquisição recente, se for avaliado o longo intervalo de tempo entre seu aparecimento como espécie e o início da emissão de comportamentos verbais. Em outras palavras, o ser humano pôde sobreviver e se desenvolver sem o comportamento verbal. O ser humano tem características que lhe permitem sobreviver num meio hostil, graças às extraordinárias habilidades para fugir e se esquivar de eventos aversivos e para se aproximar ou produzir eventos reforçadores positivos, como parte da natureza da espécie que lhe é própria. Sabemos pouco sobre tais dimensões do Homem. Questiono, então, se a preocupação com influenciar e mudar o repertório de sentir não ultrapassa as possibilidades de alterar a natureza humana sem destruí-la? A medicina tem feito avanços que mostram como o organismo pode ser alterado: transplantes, retirada de órgãos (não essenciais), introdução de próteses, ingestão de complementos alimentares, consumo de remédios etc., que tornam o organismo humano diferente daquele que a natureza selecionou. O mesmo raciocínio pode ser usado com relação às mudanças que a Análise do Comportamento tem possibilidades de oferecer na esfera do agir e do sentir, mas haverá um limite que precisa ser considerado. Pode-se discutir sobre a possibilidade de que ao instalar comportamentos, sem o harmonioso desenvolvimento dos sentimentos que lhe deveriam ser correlatos, estamos, como analogia, transplantando um órgão sem o completo domínio dos mecanismos de rejeição. Transplantes foram feitos mesmo com tais limitações e beneficiaram, em certa dimensão, pessoas que se submeteram a eles. Prolongaram sua sobrevivência, por exemplo, um valor muito caro para elas próprias, para a família, para a sociedade... Graças a tais tentativas e outras por certo, a biologia, a fisiologia, a genética, a medicina, enfim, têm tido avanços admiráveis. Na área dos comportamentos humanos, comparativamente, os avanços têm sido tímidos. Há necessidade de progressos mais ousados e sólidos. O tema dos PCM e das CRM revela os limites do conhecimento atual; mas não propõe um abandono do caminho da pesquisa. Apenas aspira a alguns saltos qualitativos. Ficar sob controle de “há limites” inibe a pesquisa; não admitir os limites gera arrogância. Defendo a pesquisa; critico a circularidade, quando a pesquisa se dedica a “mais do mesmo”... Não vejo como solução se afastar do modelo das contingências de reforçamento. Chamar de “terceira onda” um retorno, emoldurado com termos comportamentais, ao mentalismo não é absolutamente uma alternativa que compartilho. A Ciência avança quando encontra regularidades, não quando cataloga diferenças! O conhecimento e o domínio dos PCM não evoluirão com novos termos, mas

com a demonstração de melhores conhecimentos, conceituais e operacionais, dos princípios comportamentais.

Quando as CRM se instalam

Pode-se perguntar se as CRM se instalam exclusivamente na infância. O que caracteriza as CRM são as funções que exercem e, como tal, o momento do desenvolvimento da pessoa em que começa a ação das CRM não é um critério crítico. Se as CRM atuam desde muito cedo pode haver perdas críticas, uma vez que dá início, prematuramente, a uma restrição mais abrangente de desenvolvimento de repertório comportamental. Se começam a atuar mais tarde, há a possibilidade de um repertório apropriado ter se desenvolvido, o qual, pode vir a ser útil no processo terapêutico. No entanto, tal aparente vantagem pode não ser relevante o quanto se espera, pois a força das CRM pode ser tal que inibe a manifestação de comportamentos e sentimentos previamente adquiridos e pode, inclusive, mudar de forma radical as funções dos eventos. Assim, atividades (ou coisas) que eram reforçadoras positivas passam a ser aversivas (podem, por exemplo, ser rotuladas de pecaminosas) e atividades (ou coisas) que eram aversivas podem se tornar reforçadoras positivas. Não é, portanto, a idade da pessoa em quem as CRM começam a atuar que vai indicar qual o prognóstico de futuras mudanças, mas sim a força de tais contingências sobre os comportamentos e sentimentos. Também vale destacar que CRM não se associam necessariamente com experiências traumáticas. Contingências de reforçamento que compõem uma experiência traumática podem sim compor um conjunto de contingências de reforçamento com força matricial; no entanto, as CRM em geral se impõem dentro da rotina de vida familiar, acadêmica, religiosa, profissional sem serem identificadas com situações traumáticas. As funções são inoculadas, em geral, de maneira sistemática, contínua, gradual, associando procedimentos de modelagem e *fading* (técnicas de mudanças graduais), e tal processo gradual é exatamente o que torna, *infelizmente*, o processo mais eficiente e dificulta o contracontrole. Quando o processo comportamental é gradual, a pessoa acha natural que as coisas de sua vida sejam assim... Não há discriminação de outras possibilidades! É comum, como foi exposto, as pessoas preferirem não mudar tais condições de sua vida! O processo pelo qual as CRM se inoculam é pernicioso e insidioso!

O que caracteriza um controle coercitivo não é o fenótipo da CR, mas, sim a função dos componentes pelos quais ela é constituída. Não é necessário buscar nas relações entre pais e filhos palavras rudes, abuso físico, agressividade corporal, abandono extremo etc. para definir uma relação interpessoal como coercitiva. Se as interações entre pessoas têm tais características, é quase certo que as relações coercitivas são facilmente identificáveis pela forma como os contatos se dão. Há, no entanto, formas

de coerção muito sutis, as quais, pelo modo como se expressam, mimetizam o controle coercitivo e têm aparência de relações harmoniosas, como se fossem regidas por reforçamento positivo. Skinner destacou que a literatura sobre a liberdade dedicou-se, basicamente, a discutir os controles aversivos exercidos por opressores, que se utilizam de controles aversivos explícitos (opressão física, encarceramento, proibição de autoexpressão etc.), usualmente empregados por tiranos, num nível macro institucional (governo, grandes corporações etc.), e por indivíduos repressores (pais, professores, chefes etc.) num nível micro institucional. No entanto, prosseguiu ele, tal literatura deixa de lado formas de controle que impedem a liberdade da pessoa sem utilizar métodos aversivos quanto à sua expressão: reforçamento positivo contingente à obediência, à submissão, à concordância sem oposição é um exemplo de tal controle. Enquanto que nas CR, em que o elemento aversivo é explícito, a possibilidade de contracontrole é maior (embora o oprimido possa não ter força, nem poder suficiente para se manifestar publicamente por algum tempo, o contracontrole pode, quando as condições do oprimido se tornarem favoráveis, vir a eclodir), nas outras formas de manipulação das pessoas, é-lhes difícil identificar a coerção e, como tal, o contracontrole não se impõe e, usualmente, a vítima não discrimina a atuação de tais formas de cerceamento da sua liberdade. Nestas últimas circunstâncias, as pessoas aceitam e não se opõem aos controles aversivos que lhes são impostos. Há frases que caracterizam a submissão não discriminada: “Mãe está sempre preocupada comigo...”; “Meus pais fazem de tudo para o meu bem... apenas querem saber onde estou, com quem, fazendo o quê...”; “Papai não dorme, enquanto eu não chego à noite”; “Meus pais se sacrificam ao extremo para me dar condições de estudo... só me pedem boas notas...”; “O fim de semana é sagrado: todos os domingos almoçamos religiosamente com meus pais...”; etc. Frases como essas, em geral, omitem o controle coercitivo, que não fica explícito. As pessoas submetidas a tal controle estão se comportando por fuga-esquiva, sem discriminarem a que contingências respondem. Adicionalmente, o comportamento de esquiva, além de evitar qualquer forma de censura, crítica, perda de reforços positivos etc., produz colateralmente condições agradáveis: almoço saboroso, encontro com pessoas queridas, bebidas, bate-papos etc., que camuflam o real determinante da presença da pessoa naquela situação. Esclareço: a pessoa poderia ter acesso a todos os reforçadores listados em outros momentos e em situações diferentes; poderia, inclusive, escolher estar engajado em outras atividades de sua preferência... mas tais escolhas implicariam em *não comparecer* naquele almoço, naquele lugar, naquele horário, com aquelas determinadas pessoas, o que produziria consequências, principalmente sociais, aversivas... Logo, o controle é coercitivo! A escolha possível é inaceitável pelos agentes de controle. Uma pessoa consciente do controle, embora impotente, poderia descrever a situação da seguinte maneira: “Vou almoçar na casa de papai aos domingos e o encontro é alegre, a comida é boa... Não obstante, não posso

ter liberdade de escolher outras atividades, outras companhias etc. e nem mesmo optar por uma flexibilidade de horário.” O que aconteceria se tal filho não atendesse à expectativa de comparecer no fim de semana e fizesse seu programa com a esposa e filhos? As reações típicas dos agentes do controle seriam, provavelmente, sentimentos de tristeza, frustração, solidão, acentuados com comentários aparentemente carregados de amor: “Sentimos demais sua ausência... o domingo não teve graça!”; “O fim de semana foi vazio... não pudemos ver os netinhos!” São todas formas de expressão do pai (ou da mãe) que têm função aversiva para o filho “ingrato”, que valoriza mais os amigos do que a família etc. O controle – neste exemplo – é coercitivo, expresso na forma de reforçamento positivo. É exatamente o fenótipo de reforçamento positivo o que mais confunde. A concordância, a submissão etc. são conseqüenciadas com gestos e expressões com aparência de reforço positivo: “Estamos tão felizes com vocês aqui”; “Mamãe preparou seu prato favorito”; “Papai não via a hora de vocês chegarem”; “Comprei este casaquinho para você” etc.

Faço tais considerações para alertar que PCM podem ser instalados e mantidos por uma comunidade socioverbal, através de contingências de reforçamento sutis, que dificultam a discriminação daquele que é controlado e, a menos que haja contingências de reforçamento que o façam se tornar ciente da função do controle, ele pode não se dar conta dela. Em geral, há sentimentos aversivos (“Não me sinto à vontade”; “Gostaria de mudar minha vida”; “Não me sinto bem”...), mas, às vezes, nem isso. Adicionalmente, nem a pessoa, nem a comunidade que a cerca define os PCM como aversivos; pelo contrário, classifica-os como desejáveis. Apesar de serem situações que impedem um desenvolvimento mais pleno da pessoa, o repertório apresentado vem bastando e não há desejo expresso de mudanças. Frases tais como: “Sou assim...”; “A vida poderia ser pior...”; “É questão de tempo. As coisas aos poucos mudam e se acomodam...” etc. contribuem para a manutenção da condição vigente!

Uma pergunta paira no ar: os PCM nos seres humanos podem ser alterados? A resposta preliminar é *ainda* não; mas o conceito de que se chegará a modificá-los é compatível com a Análise Comportamental. Se ela não dispõe, até o momento, de tecnologia para tal, isso não significa impossibilidade definitiva. A literatura experimental demonstrou tal possibilidade: antes do desenvolvimento de procedimentos de *fading*, de modelagem, de encadeamento de trás para diante, era inalcançável a instalação de determinados comportamentos em pessoas com desenvolvimento atípico... O presente texto identifica as CRM e propõe que o processo terapêutico deve se comprometer em encontrar formas, dentro do arcabouço da Análise do Comportamento, de alterá-las na direção desejada.

A descoberta de procedimentos que modificam PCM pode levar a um raciocínio circular: se há procedimentos que modificam PCM, então, não são PCM! Por um lado, pode-se responder a tal crítica afirmando que *deixaram de ser* PCM... a partir do momento em que foram elaborados procedimentos capazes de alterá-los. Por outro lado, há que se reconhecer que não há critérios claros para afirmar quais são as contingências de reforçamento matriciais e nem quais são os procedimentos capazes de alterar os padrões comportamentais matriciais. Trata-se de um *processo comportamental*, como tal, dinâmico e progressivo que se caracteriza por:

- a. impossibilidade *momentânea* de identificar com clareza *funcional* (não se sabe com certeza de que variáveis o comportamento de interesse é função) as contingências de reforçamento matriciais;
- b. impossibilidade *momentânea* de especificar procedimentos que produzam mudanças comportamentais socialmente significativas;
- c. busca contínua, por parte do analista do comportamento, de uma *conceituação* que proponha uma compreensão do fenômeno comportamental em questão, dentro do arcabouço da Análise do Comportamento;
- d. descoberta e teste empírico de procedimentos derivados de pesquisa dentro da Análise Experimental e Análise Aplicada do Comportamento e de análises de contingências de reforçamento que demonstrem eficácia para produzir progressos significativos do cliente.

As categorizações das CRM e dos PCM são arbitrárias, mas não são fenotípicos; são funcionais. Ocorre que em Ciência toda definição é arbitrária, uma vez que nunca se abrange a totalidade do fenômeno em estudo. O que importa é *não* insistir em preservar o conceito de que os PCM são imutáveis, mas usar o termo como SD e como operação motivacional para se dedicar com maior empenho à busca de procedimentos para alterá-los. A arbitrariedade das definições é uma prática aceita na Ciência e tem permitido o avanço do conhecimento em todas as áreas onde se aplica o método científico. O fato de ser uma limitação e um recorte arbitrário da realidade não impede o reconhecimento da contribuição e dos méritos de adotá-la, desde que fique claro que se trata de uma aproximação possível da realidade e não seja confundida com a própria realidade.

Sugiro, então, que se adote uma convenção arbitrária: os PCM quando são alterados deixam de ser assim classificados; só serão chamados de PCM aqueles comportamentos que se mantêm insensíveis a influências de CR que visam a alterá-los em determinada direção, mas somente enquanto permanecerem insensíveis. Enquanto a pesquisa básica se mantém e se basta no seu papel de investigar as funções das

variáveis e toda evidência que demonstra é útil, a atividade clínica se mantém e se basta quando produz uma mudança com dimensão relevante para o cliente e para o grupo social em que está inserido. Menos não basta para a comunidade-cliente!

Referências

- Albuquerque, L. C. e Paracampo, C. C. P. (2010). Análise do Controle por Regras. *Psicologia USP, São Paulo, 21 (2), 253-273.*
- Azrin, N. H. (1959). Punishment and Recovery during Fixed Ratio Performance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 2, 301-305.*
- Boe, E. F. e Church, R. M. (1967). Permanent effects of punishment during extinction. *Journal of Comparative and Psychological Psychology, 63, 468-492.* (O presente artigo foi consultado no livro Boe, E. E. e Church, R. M. (Ed.) (1968), *Punishment: issues and experiments*, New York: Appleton – Century – Crofts. (pp. 166-180).
- Campbell, B. A. e Church, R. M. (1969). *Punishment and Aversive Behavior*. New York: Appleton – Century – Crofts.
- Church, R. M. (1969). Response Suppression, cap. 5, pp. 111-156, em Campbell, B. A. e Church, R. M. (Ed.) 1969, *Punishment and Aversive Behavior*. New York: Appleton – Century – Crofts.
- Coutinho, J. P. (2015). Nós, os escravos. *Folha de São Paulo, Ilustrada*, p. C6 de 14 de julho.
- Guilhardi, H. (1975). Supressão condicionada positiva: efeitos de duração do estímulo que precede reforço não contingente e de frequência de reforço contingente. *Tese de mestrado, USP.*
- Guilhardi, P. e Church, R. M. (2006). The patterning of responding after extensive extinction. *Learning & Behavior, 34 (3), 269-284.*
- Harari, Y. N. (2015). *Sapiens – uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM.
- Kafka, F. (1997). *Carta ao Pai*, S. Paulo: Companhia das Letras.
- Kafka, F. (1997). *Metamorfose*, S. Paulo: Companhia das Letras.
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol.3, nº 2, 51-66.*
- Sidman, M. (2011). *Coerção e suas implicações*. Ed. Livro Pleno.

- Solomon, R. L., Karmin, L. J. e Wynne, L. C. (1953). Traumatic Avoidance Learning: the outcomes of several extinction procedures with dogs. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, vol. 48, nº 2.
- Solomon, R. I. e Wynne, L. C. (1953). Traumatic avoidance learning: acquisition in normal dogs. *Psychological Monograph*, 67, nº 4 (Whole nº 354).
- Skinner, B. F. (1938). *Behavior of organisms*. New York: Appleton – Century – Company. (O presente artigo foi consultado no livro Boe, E. E. e Church, R. M. (Ed.) (1968), *Punishment: issues and experiments*, New York: Appleton – Century – Crofts. (pp. 103-107).
- Skinner, B. F. (1999). *Sobre o Behaviorismo*. S. Paulo: Editora Cultrix.
- Skinner, B. F. (1999). A Ciência pode ser uma ciência da mente? *Cumulative Records – Definitive Edition*. Acton, Mass.: Copley Publishing Group. Publicado originalmente em 1990, na *American Psychologist*, 45 (11): 1206-1210.
- Wolpe, J. (1958). *Psychotherapy by reciprocal inhibition*. Stanford, CA: Stanford University Press.